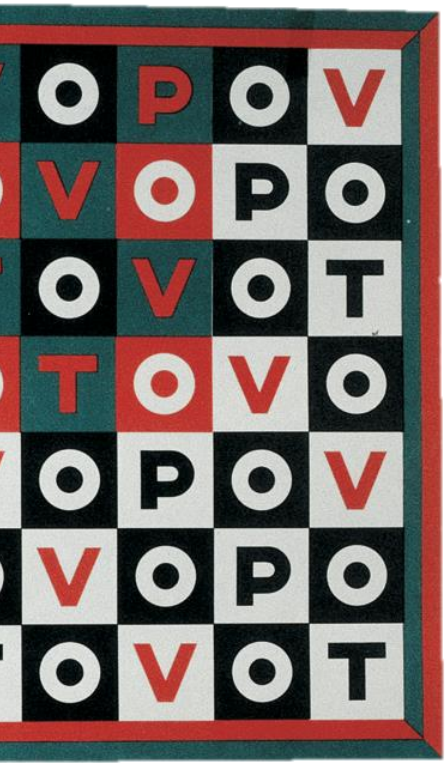
*** DIREÇÃO: GUSTAVO SOUSA *** REVISÃO CIENTÍFICA: JOÃO PEDRO COSTA E RODRIGO MARTINS *** EDIÇÃO ÚNICA *** OS CAMINHOS DA CONSTITUIÇÃO ***

GAZETA DA REVOLUÇÃO

45 ANOS ASSEMBLEIA CONSTITUINTE

OS CAMINHOS DA CONSTITUIÇÃO



agradecimentos.

Quero deixar um agradecimento especial a um conjunto de Pessoas e Entidades.

Primeiramente, às minhas duas professoras maravilhosas, Conceição Mestre e Lucília Oliveira, que me ensinaram muito e, sem qualquer dúvida, tiveram um impacto neste trabalho e cuja maneira de ser e sabedoria permanecerá no meu coração pelo resto da minha vida; ao Coronel Vasco Lourenço, com o qual eu tive a maior honra e prazer de poder entrevistar e conversar, sendo esse um momento que irei, para sempre, tesourar; ao Jornalista da SIC, José Manuel Mestre, uma figura que tive um enorme deleite em ouvir, presto-lhe respeito pelo seu rigor, perícia, credibilidade e humildade; à Direção do Agrupamento de Escolas Leal da Câmara; ao Chefe dos Escoteiros, Pedro Gaspar e o General Edorindo Ferreira; à Presidência da Associação 25 de Abril; e, claro, os meus dois pais, Paulo e Isabela, por me apoiarem sempre e me amarem.

O escritor português José Saramago escreve na sua obra *Memorial do Convento*, que a razão para escrever é para tornar as figuras que mencionamos, imortais. Bom, costuma-se dizer que cada pessoa é como um livro, portanto, a todos os que eu agradeço, jamais caíram no esquecimento e em cada página da minha memória e do meu coração, serão para sempre homenageados, respeitados e valorizados.

Por fim, quero deixar aqui um agradecimento dedicado os meus dois companheiros e tutores, João Pedro Costa e Rodrigo Martins, que demonstraram uma excelência na sua capacidade para me orientar, supervisionar e motivar ao longo deste trabalho. A vós agradeço imenso pela confiança depositada em mim, bem como por se terem lembrado de mim para este trabalho. Concederam-me um ponto de partida para vários momentos que marcarão o resto da minha vida.

A todos vós, dedico o nosso trabalho. Obrigado.

epígrafe.

"É evidentemente um grande dia. O essencial para nós é mantermos a unidade das forças democráticas. As Forças Armadas iniciaram o caminho para a realização da democracia e para pôr um termo à Guerra Colonial, mas é agora que todos os problemas, os grandes problemas que se põem à nossa Pátria, vão começar."

(*Observador, 2017,* Chegada à estação de Santa Apolónia depois do 25 de Abril de 1974)

"Es evidentemente un grande día. Lo esencial para nosotros es mantener la unidad de las fuerzas democráticas. Las Fuerzas Armadas iniciarán lo camino para la realización de la democracia y para colocar un fin à la Guerra Colonial, pero es ahora cuando todos los problemas, los grandes problemas que se imponen a la nuestra patria, van a empezar".

(Observador, 2017, Llegada à la estación de Santa Apolónia después de lo 25 de Abril de 1974)

índice.

Cronologia 4

Abreviaturas 6

Editorial 8

Capítulo I - o trajeto da ditadura – o fim desejado 9

Capítulo II - tempos conturbados – da revolução à primeira eleição. 10

O início da liberdade

Luta pelo poder

Triunfará a democracia?

Capítulo III - Novos tempos, novas ambições – a nova constituição. 22

O início dos trabalhos

A influência do PREC

A salvaguarda da democracia – o 25 de Novembro

Temos constituição!

Capítulo IV - O 25 de Abril de 1974 35

Capítulo V - O triunfo da democracia 40

As primeiras eleições legislativas democráticas em mais de 40 anos!

A descoberta de um novo rumo – o caminho para a Europa

Podcasts 47

Multimédia 48

Conclusão 49

Referências 51

Bibliografia 53

1926:
28 DE MAIO: GOLPE DE ESTADO MILITAR, QUE DÁ ORIGEM À DITADURA MILITAR;

1933:
11 DE ABRIL: ENTRADA EM VIGOR DA CONSTITUIÇÃO DE 1933

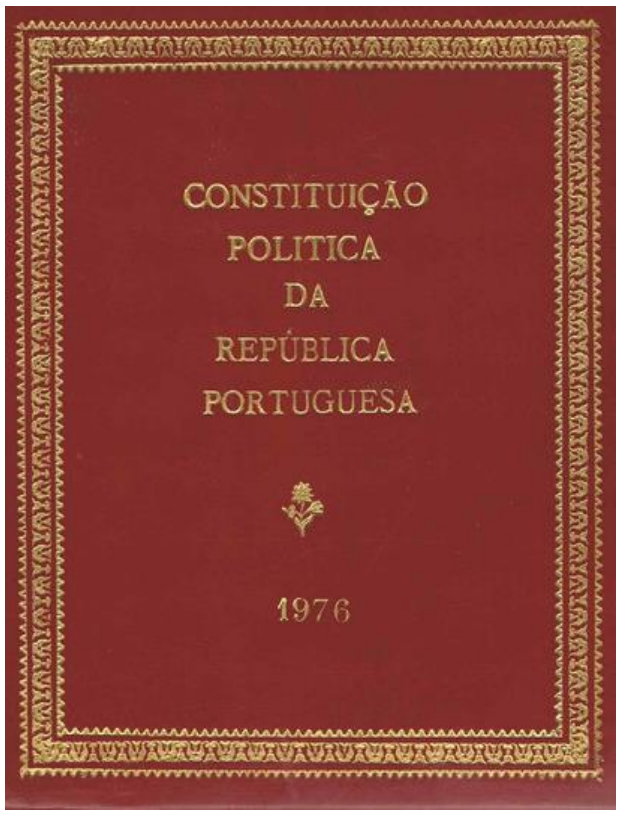
1974:
24 DE ABRIL: ORGANIZAÇÃO DO POSTO DE COMANDO DO MFA NA PONTINHA;

1968:
26 DE SETEMBRO: ANÚNCIO, POR AMÉRICO TOMÁS, DA SUBSTITUIÇÃO DE SALAZAR POR MARCELO CAETANO;

1975:
11 DE MARÇO: TENTATIVA DE GOLPE DE ESTADO DOMINADA PELAS FORÇAS DEMOCRÁTICAS; INÍCIO DOS TEMPOS DO PREC;

1975:
25 DE ABRIL: ELEIÇÕES PARA A ASSEMBLEIA CONSTITUINTE;

1976:
2 DE ABRIL: PROMULGAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DE 1976;



2020:
COMEMORAÇÃO DO 46º ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL DE 1974

COMEMORAÇÃO DO 45º ANIVERSÁRIO DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE

A1 – Autoestrada nº1

AC – Assembleia Constituinte

ADIM – Associação para a Defesa dos Interesses de Macau

AOC – Aliança Operário-Camponesa

CCP – Comissão Coordenadora do Programa

CDS – Centro Democrático Social

CEE – Comunidade Económica Europeia

COPCON – Comando Operacional do Continente

COVID – *Coronavirus Disease*

CR – Conselho da Revolução

CTT – Correios, Telégrafos e Telefones

DN – Diário de Notícias

EMFA – Estado-Maior da Força Aérea

FEC – Frente Eleitoral dos Comunistas

FEPU – Frente Eleitoral Povo Unido

FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique

FSP – Frente Socialista Popular

GDUP'S – Grupos Dinamizadores de Unidade Popular

GNR – Guarda Nacional Republicana

JSN – Junta de Salvação Nacional

LCI – Liga Comunista Internacionalista

MDP – Movimento Democrático Português

MES – Movimento de Esquerda Socialista

MFA – Movimento das Forças Armadas

MRPP – Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado

PAP – Programa de Ação Política

PCP – Partido Comunista Português

PCP (M-L) – Partido Comunista de Portugal (Marxista-Leninista)

PDC – Partido da Democracia Cristã

PPD – Partido Popular Democrático

PPD/PSD – Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata

PPM – Partido Popular Monárquico

PR – Presidente da República

PREC – Período Revolucionário em Curso

PRT – Partido Revolucionário dos Trabalhadores

PS – Partido Socialista

PUP – Partido de Unidade Popular

RAL1 – Regimento de Artilharia Ligeira nº1

RALIS – Regimento de Artilharia de Lisboa

RML – Região Militar de Lisboa

SIC – Sociedade Independente de Comunicação

STAP – Secretariado Técnico para os Assuntos Políticos

TLP – Telefones de Lisboa e Porto

UCP – Unidades Coletivas de Produção

UDP – União Democrática Popular

UE – União Europeia

editorial.

Como é do conhecimento geral, “recordar é viver”. Logo, é imperativo escrever e investigar sobre o tema do 25 de Abril de 1974 e as suas consequências na História Portuguesa.

Cada vez mais são questionados os valores e a importância da História. É recorrente olhar-se para o passado, seja ele glorioso ou vergonhoso, e não se tirar as suas boas lições, ou, como diz o ditado popular, “não se aprender com os erros”. Esta edição especial da “Gazeta da Revolução” tem também este objetivo, o abrir das portas do conhecimento sobre um capítulo tão importante, mas tão esquecido em Portugal, que foi o longo e conturbado caminho que se teve de percorrer para chegarmos ao Estado que temos hoje: um Estado de Direito que se guia pela Constituição da República Portuguesa.

É este o objetivo central deste projeto: idealizar, explorar, investigar e ter a oportunidade de conhecer ilustres cidadãos que tanto contribuíram para o Portugal que nasceu em 1976, e que perdura até aos dias de hoje, e se espera, que perdure por muitas mais décadas.

Numa imensidão de dados, nesta época digital, todos os testemunhos se tornam cada vez mais relevantes para clarificar e validar todos os factos que conhecemos ou, por vezes, desconhecemos.

Na prática, foram entrevistados muitos homens que estiveram na frente de uma grande revolução e muitos homens que a recordam numa outra perspetiva.

Entre eles, dá-se destaque: ao Coronel Vasco Lourenço; ao jornalista da SIC, José Manuel Mestre; ao habitante de Sintra, Pedro Gaspar e o General Edorindo Ferreira.

Todos estes testemunhos envergaram numa imensidão de palavras sobre a revolução de Portugal, porque afinal foi ela que deu início a uma nova era de democracias em toda a Europa e em todo o mundo, dando assim mostra da tamanha importância que teve a Revolução dos Cravos.

Numas inúmeras folhas de papel (deveras digital), é possível observar um conjunto de novas formas de partilhar a informação, com o prevalecer, sempre, da tradição. Nestas, contam-se as palavras em texto, as imagens, os podcasts e os vídeos-resumo.

E como diz outro ditado bem português, “o conhecimento nunca é demais”.

Portanto, **boas leituras**.

o trajeto da ditadura – o fim desejado.

Durante mais de 41 anos, Portugal foi governado por António de Oliveira Salazar, através de um regime ditatorial, intitulado de Estado Novo.

Na prática, estes anos foram impulsionados por políticas depreciativas e instigadoras de uma grande opressão à população portuguesa.

Apesar de se reconhecer o grande talento de Salazar para as finanças portuguesas, não é possível esquecer que Portugal e os seus habitantes sofreram muito com este regime. No entanto, apesar de o Estado Novo aparentar estar no seu auge, a partir de 1961, começa a ter um descrédito internacional com o início da Guerra Colonial. Esta apenas acaba com o triunfo da Revolução dos Cravos, em 1974.

Salazar, após ficar doente, é substituído por Marcello Caetano que fica no poder até 25 de Abril de 1974. Porém, com toda a pressão nacional e internacional e mesmo com uma visão mais aberta que Salazar, Marcello não consegue fazer face a um país em "ruínas" e acaba por perder o controle do país, motivado apenas pela grande preponderância e persistência do Movimento das Forças Armadas (MFA).

É neste dia que Portugal, apesar de todas as circunstâncias, segue rumo a uma nação nova, independente e sobretudo livre. As pessoas reagiram de forma alegre, com medo (pois foram mais de 40 anos privados de inúmeras liberdades). Porém, o 25 de Abril de 1974 foi apenas o início da construção de um país, deveras, novo. Novo, porque teve de se adaptar às novas circunstâncias daquela atualidade. Nada que não estivesse já habituado, pois foi também assim em 1926, com o "sucesso" do Golpe Militar de 28 de Maio.

Em Sintra, quase tudo foi igual ao que se passou em Lisboa. Não na parte do processo revolucionário, mas na regressão das liberdades.

CARICATURA DE JOÃO ABEL MANTA

O INÍCIO DA LIBERDADE

Infelizmente, a bonança do 25 de Abril de 1974 parecia estar a chegar a um ponto que levantaria demasiados encalços, que acabariam por atrasar a institucionalização da democracia. A JSN havia nomeado para Presidente da República o General António de Spínola, que por sua vez, havia escolhido o advogado Adelino da Palma Carlos para chefiar o I Governo Provisório. Este, no entanto, devido a um crescente clima de instabilidade social, acabou por se demitir em Julho de 1974.

Surge então o II Governo provisório, liderado por Vasco Gonçalves, que emergiu num clima de crescente tensão entre o então presidente António Spínola, juntamente com as forças de direita e extrema-direita, e, no polo oposto, a Comissão Coordenadora do MFA.

Os primeiros advogavam a preservação da tutela sobre as "províncias ultramarinas" portuguesas, sob a farsa de um projeto federalista que, supostamente, as encaminharia para uma progressiva autonomia, mas que na realidade apenas permitiria Portugal continuar a explorar as terras africanas.

Do outro lado do espectro, a Comissão Coordenadora do MFA e os seus apoiantes apresentavam-se como o principal adversário dos ideais spinolistas, pois pretendiam seguir, o que ficara estipulado no seu programa, como os três D – *Democratizar, Desenvolver, Descolonizar*. Assim, a posição de Spínola em relação aos antigos territórios ultramarinos provocou uma rutura dentro do MFA, que fez o peso do então Presidente da República esmorecer.

Durante o mandato do II Governo Provisório, tornavam-se cada vez mais claras as discordâncias entre as ideias do Chefe de Estado e as do Governo e MFA. As discórdias entre as duas fações acentuaram-se no dia 6 de Setembro de 1974, quando se deu a assinatura do *Acordo de Lusaca*, ratificado entre Portugal e a FRELIMO, que agendou a independência de Moçambique para meados de 1975. Ainda antes do mês de setembro, a 26 de Agosto, Portugal assinara também o *Acordo de Argel* com a Guiné-Bissau, que reconhecia a independência desta Nação.

Estes fenómenos acentuaram a decadência das relações entre Spínola e o Governo, uma vez que, como anteriormente referido, o então presidente tinha em mente uma estratégia diferente para o procedimento da descolonização.

Após estes acontecimentos, Spínola, a 10 de Setembro de 1974, tenta restaurar a sua influência no palco político, alertando o povo para a situação instável em que o país se encontrava, apelando, no processo de um discurso presidencial, para que a "maioria silenciosa" despertasse para defender o país de uma ameaça totalitária que se aproximava, com objetivo de se aproveitar de um "*povo perplexo e confuso*".

A 28 de Setembro [1] do mesmo ano, foi marcada uma manifestação com o objetivo de alavancar mais poder para o General António de Spínola que já antes ambicionava ter outra posição no novo regime democrático. Felizmente, tendo em conta o panorama histórico, *"(...) a esquerda e a*

O INÍCIO DA LIBERDADE

extrema-esquerda uniram forças contra tal evento, ficando dessa forma reunidos os condimentos para o extremar de posições entre o PR, que contava com o apoio de alguns membros da Junta de Salvação Nacional (JSN) e dos pequenos partidos de direita e extrema-direita, e Vasco Goncalves, que tinha a seu lado a Comissão Coordenadora do Programa do MFA (CCP), os restantes generais da JSN e os partidos da esquerda e extrema-esquerda. (...)" [2]

Estas forças de esquerda reagiram com barricadas e impediram a presença e permanência dos partidários do General de Lisboa.

Assim, a "Maioria Silenciosa" tentava impor-se em Portugal, na pessoa do General Spínola. Felizmente, este contragolpe juntava-se aos demais que tentavam "puxar a sardinha à sua brasa" e rapidamente foi "anulado". Assim, a 30 de Setembro de 1974, o General Spínola sai do poder. Logo a seguir, Francisco Costa Gomes assume a Presidência da República, por indicação da Junta de Salvação Nacional. No entanto, o General Spínola não acabou efetivamente a sua atividade política logo neste momento.

Como era de esperar, este acontecimento, quase em circunstâncias idênticas, volta-se a repetir a 11 de Março de 1975.

LUTA PELO PODER

Após a demissão de Spínola, viu-se efetivamente uma radicalização do processo revolucionário. A fim de abater a influência da manifestação do 28 de Setembro, o COPCON, sob égide do então brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho, prendeu vários indivíduos que revelassem afiliação ao evento. No entanto, o COPCON revelava um comportamento progressivamente mais radical e cada vez mais inerente ao espectro ideológico de esquerda revolucionário, algo que se tornou evidente ao aplicar numerosas penas de prisão a elementos moderados que se afastassem ou mostrassem indícios de divergências com o programa do MFA.

Contudo, a inflexão à esquerda não se encontrava apenas no seio da MFA, mas também no próprio Governo Provisório uma vez que Vasco Gonçalves evidenciava uma forte ligação ao Partido Comunista.

Considerando que Portugal se encontrava no processo de uma viragem à esquerda, a 11 de Março de 1975, o general Spínola decide encabeçar uma tentativa de golpe de Estado. Esta, no entanto, acabou por fracassar devido ao domínio da situação pelas forças democráticas e resultou na fuga do general Spínola para Espanha, onde encontrou refúgio.

Apesar do controlo da situação pelas forças democráticas, um clima de instabilidade sociopolítica ainda assombrava Portugal e, após o 11 de Março, o cenário agravou-se. Como consequência direta da tentativa de golpe, o Presidente da República Costa Gomes promulgou, a 14 de Março de 1975, a Lei n.º 5/75 que institucionalizou o MFA mediante a instituição de um Conselho da Revolução.

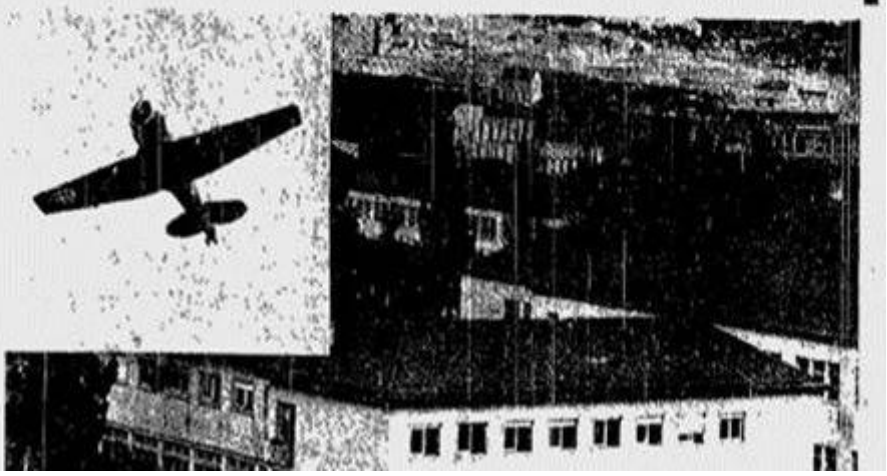
«Considerando que os acontecimentos ocorridos em 11 de março de 1975 impõem uma tomada de atitudes muito firmes por parte do Movimento das Forças Armadas;» - Lei n.º 5/75 - 14 de março, 1975 [3] *.*

Desta maneira, podemos verificar que o 11 de Março acentuou o radicalismo do processo revolucionário já existente ao reforçar a presença dos militares nos assuntos do Estado, sendo que, assim, se daria começo à era do PREC. A partir deste momento para a frente, a transição de Portugal para uma democracia tornou-se cada vez mais nebulosa e rodeada de incertezas em relação a qual o tipo de regime que iria estabelecer no país. Ou seja, qual o futuro para Portugal?

TOTALMENTE DOMINADA PELO M.F.A.

UMA MANOBRA CONTRA-REVOLUCIONÁRIA

QUE COMEÇOU COM O ATAQUE A UM QUARTEL DE SACAVÉM E INCLUIU UMA TENTATIVA DE SUBLEVAÇÃO DA G.N.R.



O PRESIDENTE COSTA GOMES ATRIBUIU O GOLPE A «TRAIÇÃO DE ALGUNS QUADROS

República

Fundado por ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA

TERÇA-FEIRA 11 DE MARÇO

«INCIDENTES COM FORÇAS MILITARES REACCIONÁRIAS»

O M.F.A. CONTROLA A SITUAÇÃO CRIADA PELO ATAQUE AO RAL 1

TRIUNFARÁ A DEMOCRACIA?

O tempo posterior ao 11 de Março de 1975 foi marcado por um clima político e social nunca visto no nosso país.

A partir desse dia, com a dissolução da JSN, e a consequente criação do Conselho de Revolução, abriram-se realmente as portas em direção à instauração de um regime político comunista em Portugal. Como é comumente afirmado, mal saídos de uma ditadura de direita, por pouco não se entrou numa ditadura de esquerda.

Apesar da situação conturbada que agitava o nosso país, felizmente que os objetivos fundamentais do Programa do MFA continuavam de pé: a democratização do nosso país, com a realização de eleições para uma Assembleia Constituinte, que redigiria a futura Constituição; a descolonização total dos antigos territórios ultramarinos; e ainda a garantia das liberdades e direitos do povo português.

Durante o cerca de mês e meio que passou, entre a tentativa do golpe de Estado de Spínola, e as realizações das eleições, muitas foram as discussões e afirmações que incendiavam por completo a política portuguesa. Desde a criação do Conselho de Revolução [4], que passou a ter mão nas tomadas de decisões do país, às políticas que vinham a ser postas em prática pelo Governo de Vasco Gonçalves, com sucessivas nacionalizações e expropriações. Mas o ponto crítico terá sido mesmo, ter-se posto em causa a realização das tão ansiadas eleições para a Assembleia Constituinte. Mesmo com o atraso da data do ato eleitoral, que deveriam ter-se realizado a 31 de Março de 1975, mas que devido ao atraso do recenseamento eleitoral, estas ainda "*correram sérios riscos de serem adiadas ou canceladas e apenas se salvaram porque houve militares sensatos, corajosos e duros; porque Costa Gomes soube manobrar com grande habilidade, apelando para o Programa do MFA e mostrando os inconvenientes de parar o processo que tinha concitado os interesses generalizados dos cidadãos e a atenção da opinião pública europeia e internacional; e porque se previa que os partidos iriam então aceitar as cláusulas da Plataforma de Acordo Constitucional definidas pelo MFA*" [5].

Assim, mesmo no limite do prazo estipulado pelo Programa do MFA, as eleições acabaram por se realizar, um ano após o derrube da ditadura.

Passar de um regime ditatorial, onde o voto não era por sufrágio universal não foi fácil de ditar. Porém, em apenas um ano Portugal conseguiu realizar as primeiras Eleições Constituintes da Terceira República portuguesa.

Este momento foi de grande conquista e apreço por parte dos portugueses. Nunca, até aos dias de hoje, se verificou uma participação eleitoral tão elevada. Na prática, quase 6 milhões de portugueses foram votar.

Como afirma um dos ilustres deputados da Assembleia Constituinte, Jorge Miranda: *"pouco depois das 7h30m da manhã já as ruas estavam ocupadas com filas que se encaminhavam para*

TRIUNFARÁ A DEMOCRACIA?

as assembleias de voto. Foi comovente e impressionante em comparação com as duas últimas 'eleições' do salazarismo, em 1969 e 1973, que eu já tinha acompanhado. (…) E foram eleições sem mácula, sem fraudes, sem pressões. (…) Como tenho sublinhado várias vezes, foi nesse dia, com o sufrágio universal, que verdadeiramente nasceu a democracia em Portugal, que a legitimidade eleitoral, muito precária na Monarquia Constitucional e na I República, pela primeira vez se afirmou entre nós, e, a partir daí, tudo iria mudar." [6]

As eleições para a Assembleia Constituinte são hoje, uma memória que nunca devemos esquecer. Uma memória que nos encha de orgulho e de satisfação, por se ter conseguido realizá-las, mas também pelo significado que estas tiveram. Foi bastante longo o caminho para a sua realização. E também complicado a sua planificação e preparação.

Como tal, procedeu-se, desde logo, à criação de um órgão responsável pelos antecedentes que seriam necessários, que foi o STAP – Secretariado Técnico para os Assuntos Políticos. Competia-lhe todas as "missões", desde o recenseamento eleitoral, o próprio sufrágio, bem como a apuração dos resultados, a disponibilização de todo o tipo de materiais necessários ao estabelecimento das assembleias de voto, impressão de boletins de voto, panfletos, folhas de registo… Tudo o que se possa imaginar que seja necessário para fazer uma eleição, este órgão era o responsável.

Facto que choca completamente qualquer leitor desta obra, é a atenção que é necessária ser dada para a diferença do nº de eleitores desde o último ato eleitoral realizado durante a ditadura, em 1969, com as eleições de 1975. É chocante. Nas eleições legislativas de 1969 existiam apenas 1 800 000 inscritos, tendo passado a estar registado mais de 6 200 000 eleitores! Um número totalmente surreal!

Em relação aos resultados eleitorais, estes acabaram por ser uma surpresa, diga-se negativa para uns, e bastante positiva para outros. Os resultados, esses sim, eram a verdadeira opinião e vontade do povo português, não o que vinha a ser dito e executado por muitos políticos no palácio de São Bento, e em especial, para os que tentaram boicotar a realização das eleições.

Desta forma, "*O PS ganhou com 38%, o PSD (então PPD) foi segundo e o PCP ficou em terceiro. A votação comunista, que se ficou pelos 12,5%, foi a grande surpresa das eleições constituintes de 25 de abril de 1975, cobertas por cerca de 600 jornalistas estrangeiros. Na edição de dia 27, já com os resultados quase finais, o DN escrevia em grandes letras na primeira página "Confirmada a via socialista", tendo como antetítulo "Venceu a Aliança Povo-MFA". O CDS foi o quarto partido mais votado e elegeram ainda deputados o MDP-CDE, a UDP e a ADIM, um partido representativo dos portugueses de Macau(...)*" [7].

TRIUNFARÁ A DEMOCRACIA?

A Gazeta da Revolução acabou por ter a oportunidade de entrevista com um senhor, com um grande mérito na preparação e realização das eleições da Assembleia Constituinte de 1975. Dois "Capitães de Abril" a quem esta democracia, e todos os cidadãos, deve um especial agradecimento, pois ela apenas existe graças aos seus tão nobres contributos.

Apresenta-se então a entrevista realizada ao Senhor General Edorindo Ferreira do ramo do Exército.

Em Sintra também se viveu um grande período de agitação, e ao mesmo tempo alegria pela evolução que existiu a partir do fim da ditadura. As eleições para a Assembleia Constituinte foram, como em todos os outros concelhos do país, um momento marcante na vida de cada um dos portugueses que naquele dia conquistaram o seu direito ao voto. Em Sintra existiu uma forte participação no ato eleitoral, que ultrapassou os 100 000 votos válidos em todo o concelho (visto que o nº de habitantes eram, de acordo com os censos de 1970, de apenas 124 893 habitantes em todo o concelho [8/9])!

Como é possível perceber-se pelos votos, o Partido Socialista (54 871 votos) foi o partido mais votado pelos sintrenses, logo seguido do PCP (23 759 votos), e o PPD a aparecer como o terceiro partido mais votado no concelho (com 12 796 votos).

Resultados eleitorais do concelho de Sintra nas eleições para a Assembleia Constituinte de 1975 [10] (tabela 1):

PARTIDOS POLÍTICOS[7]	Nº DE VOTOS
CDS	3 109
FEC	521
FSP	1 722
LCI	354
MDP	4 764
MÊS	1 000
PCP	23 759
PPD	12 796
PPM	769
PS	54 871
PUP	-
UDP	2214
TOTAL:	**105 879**

Portugal começaria assim um novo ciclo, um ciclo de trabalho árduo, envolto numa gigantesca conturbação social e política, que viria a pôr à prova a capacidade dos recém-eleitos deputados constituintes. Um dever e um serviço que mostraria a sua coragem e determinação em concluir, dentro dos limites, a redação de uma Constituição, de um país que se tornasse numa democracia pluralista, baseada na vontade popular. Mas não seria fácil chegar-se a esse objetivo.

EMANÁRIO REGIONALISTA-INDEPENDENTE · DAS MAIORES TIRAGENS DE JORNAIS DA PROVÍNCIA

JORNAL DE SINTRA

ABRIL 9 1976

AS SEXTAS-FEIRAS

Director e Proprietário — ANTÓNIO MEDINA JÚNIOR
GALARDOADO PELA CAMARA MUNICIPAL DE SINTRA COM A «MEDALHA DE OURO» DO CONCELHO

ANO 43.º — N.º 2176

...ção e administração: Av.ª Heliodoro Salgado, 6 • Oficinas próprias: Sintra-Gráfica (Tip. Medina) — Av.ª Heliodoro Salgado, 6 • Telefone: P.P.C. 293 00 37 — SINTRA

...uanto aos casos ...a saúde...

Ante a decisão da Organização Mundial de Saúde, ...não reconhecer validade aos diplomas médicos por...eses, concedidos depois de 1973, pergunto se esta... condenados a regressar aos ominosos tempos do ...autor da Mula Ruça»?

Sempre houve maus médicos. Em todos os tempos, ...nosso País e, possivelmente, noutros, sempre apare...m epigramas e chistes a esses maus médicos.

Mas, a par deles, havia médicos de melhor qualidade, ...uns muito bons. Se a simpática figura literária do ...ão Semana» fixa o tipo do dedicado médico de aldeia,

ESCREVE
DR. FALCÃO MACHADO

...istória da Medicina Portuguesa apresenta-nos nume...s «filhos de Hipócrates» que, no ensino, na investi...ção, na prática médica, deixaram tradições respeitá...s e progressos científicos apreciáveis.

★

Os tempos mudaram. E, na oportunidade política, ...giram os oportunistas, pois há, sempre, pescadores de ...uas-turvas.

Os estudantes portugueses, na maior parte dos casos, ...proveitaram, febrilmente, a oportunidade de obter «ca...do» sem grande esforço, sem muita ciência.

Não foram, somente, os de Medicina, mas os de todo ...qualquer curso, superior, médio, secundário, universi...rio ou não, os que aproveitaram do regabofe.

Todavia, os visados são os de Medicina, pela simples ...são de que não há organizações mundiais para todos ...ramos da cultura, desde a Arqueologia à Farmácia, ...História à Agronomia, da Filologia à Engenharia, da ...icologia à Música, da Navegação à Táctica Militar.

Porque, se houvesse, seria passado a todos os diplo...dos portugueses depois de 1973 o mesmo diploma de ...capacidade científica e profissional.

★

E, todavia, pergunto:

Os que, pressurosa e avidamente, aceitaram o «ca...do» fácil dum fácil final de curso, seriam, todos, incom...tentes, ignorantes ou pouco sabedores?

(CONTINUA NA PÁGINA SEIS)

A nova Constituição Política Portuguesa

Portugal tem, finalmente, ao cabo de dois anos de existência do regime implantado em 25 de Abril de 1974, o seu estatuto constitucional, elaborado, durante dez meses, pela Assembleia Constituinte, saída das eleições de 25 de Abril de 1975.

É um extenso documento — no género, o mais extenso a seguir à Constituição da Jugoslávia —, em que se encontram articulados os preceitos legais pelos quais a Nação deverá reger-se, pelo menos durante os quatro anos que vão seguir-se, a menos que acontecimentos imprevisíveis possam alterar, ou suspender, esse diploma constitucional.

Eram, precisamente, 22 h. e 24 m. do dia 2 do corrente quando, na mesa da tribuna presidencial da Assembleia Constituinte, em S. Bento, o Chefe do Estado, General Francisco da Costa Gomes, que se encontrava ladeado pelo Presidente da referida Assembleia, prof. Henrique de Barros e pelo Primeiro-Ministro, Almirante Pinheiro de Azevedo, assinou o histórico documento, na presença dos deputados constituintes, de membros do Conselho da Revolução, Governo, representantes do Corpo Diplomático e numeroso público, que literalmente enchia as galerias.

Na circunstância da promulgação da Constituição Política de Portugal, proferiram importantes e significativos discursos os presidentes da Assembleia e da República, discursos, esses, que a Imprensa Diária publicou na íntegra e que foram sublinhados com entusiásticos aplausos, ao passo que, ao som do hino nacional, executado pela banda da Guarda Nacional Republicana, todos os presentes o cantaram num coro uníssono, o que constituiu um momento particularmente emocionante.

A Constituição foi aprovada por todos os deputados constituintes, com excepção dos quinze representantes do C. D. S., não se tendo verificado quaisquer abstenções.

Ao Sr. Ministro da Justiça

SE SOLICITA QUE ORDENE BREVIDADE NO PROCESSO, AINDA POR JULGAR PELAS LEIS DO 25 DE ABRIL, RESPEITANTE AO «CELEBRE» E AFRONTOSO CASO DO JORNAL «A VOZ DA JUSTIÇA» E DA TIPOGRAFIA POPULAR, DA FIGUEIRA DA FOZ

Na edição n.º 2171 deste semanário, relativamente ao dia 5 do mês transacto, mais uma vez nos ocupámos do famigerado caso do assalto feito à Tipografia Popular, da Figueira da Foz — praticado há cerca de quarenta anos —, e à suspensão do semanário «A Voz da Justiça», que naquela tipografia se imprimia, já que tanto a aludida tipografia como o referido semanário eram pertença do nosso muito querido, infortunado e saudoso Amigo e companheiro profissional Manuel Jorge Cruz, que o desgosto sofrido acabou por conduzir à morte.

Orgulhosamente — perdôe-se-nos a imodéstia —, assinalámos ter sido o «Jornal de Sintra» o único órgão da imprensa portuguesa a reclamar a abertura de um inquérito ao afrontoso acto, e o mesmo fez o ilustre causídico figueirense dr. Luís de Melo Biscaia, que jamais deixou de interessar-se pelo assunto, com uma tenacidade e dedicação que nunca será demasiado enaltecer.

No final do já aludido artigo — da autoria do nosso director, António Medina Júnior, — inserimos o requerimento que, na Assembl[illegible] Constituinte (sess[illegible] Fevereiro do c[illegible]te ano) o dr. Melo Biscaia (deputado independente, por Coimbra) apresentou, no sentido de ser informado do estado em que se encontra o inquérito, por ele oportunamente requerido, ao monstruoso atentado, que tanto e tão justamente indignou todo o país, com especial incidência, como é óbvio, no concelho da Figueira e — não exageramos — no distrito de Coimbra, onde o infortunado Manuel Jorge Cruz era por todos respeitado, pela integridade do seu carácter e muito estimado pela sua bondade, bom trato e qualidades de trabalho.

Na nossa edição acima referida, o «Jornal de Sintra» fez detalhada exposição do condenável acto e, por sua vez, mais uma vez apelou para que se fizesse justiça.

Pois temos hoje a assinalar que, por seu ofício n.º 2125, de 9 do mês transacto, o Ministério da Justiça deu conhecimento, ao presidente da Assembleia Constituinte, que o processo do famigerado assalto foi distribuído, em 26 de Novembro de 1974, à 2.ª Secção da Comissão Nacional de Inquérito, tendo sido

E. S. C.

(CONTINUA NA PÁGINA SEIS)

...trabalhadores não podem destruir o seu património

Os eléctricos de Sintra pertencem ao TURISMO, são património dos trabalhadores e fazem parte das tradições da terra

...pois de termos o artigo «Os ...éctricos de Sintra» no «J. S.» ...l de Março, somos levados a ...ntuação o nosso espanto ...ppreciação pelo que se narra ...ssinado artigo, cuja passagem ...s importante reproduzimos:

«Diário Atlântico, em 7 de ...ril de 1975, informa, por cur...a, a Direcção-Geral dos Trans...rtes Terrestres da decisão dos ...alhadores em não porem a ...ionar os eléctricos.»

...a assembleia geral dos traba...adores das empresas Eduardo ...s e Gaspar, é tomada a de...ão de acabar com os eléctricos ...Sintra, é o que nos informa a ...ima passagem do artigo.

...s acaso os eléctricos de Sin...a têm invulgar valor turístico, e uma das riquezas turísticas da região, já pela zona de rara beleza que percorrem, já pelo pitoresco do seu transporte, dizem respeito aos trabalhadores das duas empresas de camionagem?

Dizem respeito, sim.

ESCREVE
NUNES PEREIRA

Mas, ao contrário, pois os eléctricos de Sintra, além de serem património nacional, são património do turismo nacional, da própria classe operária que se insere no próprio turismo nacional.

O que se infere, no caso dos eléctricos de Sintra, é que os trabalhadores estão talvez conscientemente ou inconscientemente a defenderem interesses em jogo das empresas onde trabalham.

Mas uma coisa são interesses de empresas e outra interesses nacional.

Os eléctricos de Sintra, não nos cansamos de repetir, fazem parte do TURISMO da região de Sintra e mal iria ao TURISMO nacional se passasse a jogo de interesses da indústria de transportes rodoviários.

Ignoramos qual a resposta às pretensões ou declarações dos trabalhadores da Eduardo Jorge e Gaspar, da Direcção-Geral dos Transportes Terrestres.

Seria de grande interesse que a Direcção-Geral referida nos informasse a todos sobre este assunto público e de interesse nacional.

Hoje, mais do que nunca, o TURISMO interessa grandemente ao nosso País. Mais: é necessário como fomento do trabalho e como meio de obter divisas.

Sendo assim, não pode servir jogo de interesses, de destruição de riqueza nacional, para servir só ambições particulares.

Quem saiba, que responda.

Covilhã - Abril - 1976.

A experiência é um médico que chega sempre quando o doente está já morto. — Frost.

Quando a barlavento? Quando a sotavento?

11 — Herói é...

Herói é aquele que pensa e que, na altura própria, é capaz de se sacrificar por amor de uma verdade de interesse colectivo, ou, até, por amor da própria verdade, se porventura se lhe deparam espíritos rotineiros, a fazer-lhe oposição. Como herói, reage na convicção de que a sua heresia de hoje será a ortodoxia de amanhã. Herói ainda o é aquele que responde pela força — ultima ratio —, se acaso o ofendem na sua dignidade. A dignidade impõe certas obrigações.

Mas herói o é, sobretudo, aquele que marca a sua presença, no Mundo, pela bondade. Esta a inconfundível marca de nobreza e de heroísmo.

E, ao falarmos, aqui, em bondade não estamos advogando a bouté bête que, afinal, se identifica com transigências em que os próprios contemplados com elas ficam prejudicados. A bondade desta espécie de herói é a bondade inteligente, adjudicada a um carácter bem vertebrado. O verdadeiro herói é, não parece. É do mais fino ouro moral. Detesta o latão, que só poderá iludir a oca multidão.

PELO
DR. CRUZ MALPIQUE

A nova Constituição Política Portuguesa

Portugal tem, finalmente, ao cabo de dois anos de existência do regime implantado em 25 de Abril de 1974, o seu estatuto constitucional, elaborado, durante dez meses, pela Assembleia Constituinte, saída das eleições de 25 de Abril de 1975.

É um extenso documento — no género, o mais extenso a seguir à Constituição da Jugoslávia —, em que se encontram articulados os preceitos legais pelos quais a Nação deverá reger-se, pelo menos durante os quatro anos que vão seguir-se, a menos que acontecimentos imprevisíveis possam alterar, ou suspender, esse diploma constitucional.

Eram, precisamente, 22 h. e 24 m. do dia 2 do corrente quando, na mesa da tribuna presidencial da Assembleia Constituinte, em S. Bento, o Chefe do Estado, General Francisco da Costa Gomes, que

histórico documento, na presença dos deputados constituintes, de membros do Conselho da Revolução, Governo, representantes do Corpo Diplomático e numeroso público, que literalmente enchia as galerias.

Na circunstância da promulgação da Constituição Política de Portugal, proferiram importantes e significativos discursos os presidentes da Assembleia e da República, discursos, esses, que a Imprensa Diária publicou na íntegra e que foram sublinhados com entusiásticos aplausos, ao passo que, ao som do hino nacional, executado pela banda da Guarda Nacional Republicana, todos os presentes o cantaram num coro uníssono, o que constituiu um momento particularmente emocionante.

A Constituição foi aprovada por todos

Redacção e administração: Av.ª Heliodoro Salgado, 6 • Oficinas próprias: Sintra-Gráfica (Tip. Medina)

Quanto aos casos da saúde...

Ante a decisão da Organização Mundial de Saúde, de não reconhecer validade aos diplomas médicos portugueses, concedidos depois de 1973, pergunto se estamos condenados a regressar aos ominosos tempos do «Doutor da Mula Ruça»?

Sempre houve maus médicos. Em todos os tempos, no nosso País e, possivelmente, noutros, sempre apareceram epigramas e chistes a esses maus médicos.

Mas, a par deles, havia médicos de melhor qualidade, alguns muito bons. Se a simpática figura literária do «João Semana» fixa o tipo do dedicado médico de aldeia,

ESCREVE

DR. FALCÃO MACHADO

História da Medicina Portuguesa apresenta-nos numerosos «filhos de Hipócrates» que, no ensino, na investigação, na prática médica, deixaram tradições respeitáveis e progressos científicos apreciáveis.

★

Os tempos mudaram. E, na oportunidade política, surgiram os oportunistas, pois há, sempre, pescadores de águas-turvas.

Os estudantes portugueses, na maior parte dos casos, aproveitaram, febrilmente, a oportunidade de obter «cado» sem grande esforço, sem muita ciência.

de Medicina, mas os de todo

A nova Constituição Política Portuguesa

Portugal tem, finalmente, ao cabo de dois anos de existência do regime implantado em 25 de Abril de 1974, o seu estatuto constitucional, elaborado, durante dez meses, pela Assembleia Constituinte, saída das eleições de 25 de Abril de 1975.

É um extenso documento — no género, o mais extenso a seguir à Constituição da Jugoslávia —, em que se encontram articulados os preceitos legais pelos quais a Nação deverá reger-se, pelo menos durante os quatro anos que vão seguir-se, a menos que acontecimentos imprevisíveis possam alterar, ou suspender, esse diploma constitucional.

Eram, precisamente, 22 h. e 24 m. do dia 2 do corrente quando, na mesa da tribuna presidencial da Assembleia Constituinte, em S. Bento, o Chefe do Estado, General Francisco da Costa Gomes, que se encontrava ladeado pelo Presidente da referida Assembleia, prof. Henrique de Barros e pelo Primeiro-Ministro, Almirante Pinheiro de Azevedo, assinou o

histórico documento, na presença dos deputados constituintes, de membros do Conselho da Revolução, Governo, representantes do Corpo Diplomático e numeroso público, que literalmente enchia as galerias.

Na circunstância da promulgação da Constituição Política de Portugal, proferiram importantes e significativos discursos os presidentes da Assembleia e da República, discursos, esses, que a Imprensa Diária publicou na íntegra e que foram sublinhados com entusiásticos aplausos, ao passo que, ao som do hino nacional, executado pela banda da Guarda Nacional Republicana, todos os presentes o cantaram num coro uníssono, o que constituiu um momento particularmente emocionante.

A Constituição foi aprovada por todos os deputados constituintes, com excepção dos quinze representantes do C. D. S., não se tendo verificado quaisquer abstenções.

Ao Sr. Ministro da Justiça

1ª – No período antecedente à realização das eleições de 1975, Portugal viveu um período depois do 11 de Março, em que quase se chegou a decidir não realizar as eleições. Tendo sido uma das figuras centrais da preparação deste ato legislativo, quais acha que eram os argumentos que sustentavam essa opinião da não realização das eleições, e quais os contra-argumentos que foram tomados por parte da equipa responsável?

EF: *Nos termos de Lei de 14 de maio de 1974 (20 dias depois do Golpe de Estado!), as eleições "para Deputados à Assembleia Constituinte" deveriam realizar-se até 31 de março de 1975. No entanto, devido a atraso nas operações de recenseamento e também à instabilidade no País, motivada por complexas lutas políticas em que alguns advogavam a primazia de eleições para a Presidência da República, mais tarde seriam marcadas para 12 de abril. Mas, na sequência dos acontecimentos de 11 de março de 75, a sua realização esteve em risco, porque, segundo alguns, o povo não estava preparado para votar em consciência e as eleições poderiam vir a constituir um travão para "o processo revolucionário". Em face das veementes pressões dos militares moderados junto do Presidente da República para ser dado cumprimento ao Programa do MFA, que estabelecia o prazo de um ano para a sua realização, as eleições foram remarcadas para o dia 25 de Abril.*

EDORINDO
FERREIRA

2ª – Enquanto militar do Exército, sentiu que dentro da instituição existiam divergências quanto à realização do ato eleitoral de 1975?

EF: *Só terminei o curso de seis anos na Academia Militar em julho de 1974, pelo que, ainda jovem oficial, não tinha muitos contactos dentro do Exército. Na unidade em que me encontrava desde outubro, a Escola Prática de Transmissões, em Lisboa, até ser chamado, no início de 1975, a integrar a equipa organizadora das eleições, não notei divergências quanto à realização do ato eleitoral conforme previsto. Hoje todos sabemos que existiram opiniões contrárias, especialmente por parte de alguns militares mais revolucionários de algumas unidades. Mas convém lembrar que a suspensão do ato eleitoral chegou a ser debatida numa célebre Assembleia do MFA logo após o 11 de março, tendo sido rejeitada por larga maioria.*

3ª – Sr. Ferreira, as operações por trás do processo eleitoral de 1975 foram marcadas por uma colaboração entre o povo e os Oficiais das Forças Armadas, sem a qual não teria sido possível a realização das eleições a prazo. A seu ver, porque acha que o povo se mostrou tão disponível para ajudar com o trabalho?

EF: *Houve efetivamente colaboração de parte da população para a realização de muitas operações por trás do processo eleitoral de 1975. Essa colaboração foi mais visível e numerosa nas demoradas ações de recenseamento, bem como na montagem das assembleias de voto em que muitos milhares deram preciosa ajuda. Alguns participaram por razões de cidadania, e muitos outros por interesse próprio, por influência partidária ou por ação dos presidentes das juntas de freguesia. De qualquer modo, a maioria do povo português estava descontente com o regime até então vigente, pelo que aderiu em massa à mudança que já estava em curso desde 25 de abril de 74 e colaborou em tudo o que foi solicitado pelas Forças Armadas.*

4 – Uma vez que o Sr. General foi um dos principais oficiais responsáveis pela organização das eleições para a Assembleia Constituinte de 1975, o que significou para si assistir à participação em massa dos portugueses no ato eleitoral?

EF: *Em primeiro lugar esclareço que não fui um dos principais oficiais responsáveis pela organização das eleições para a Assembleia Constituinte de 1975, mas tão só um dos cinco oficiais do Exército que integraram a equipa constituída pelo MAI para esse efeito.*

Pelos contactos que tínhamos, era esperada elevada participação da população no ato eleitoral. Às 8 horas da manhã do dia 25, em Vila Franca de Xira, onde então residia, confirmei isso mesmo pela longa fila à porta da escola onde fui votar. Logo aí senti que a participação iria ser expressiva e que, num ambiente de festa, os portugueses estavam felizes por finalmente se poderem expressar livremente e sem medo, de modo universal e secreto.

5ª – Em 1975 um recorde de quase 92% da massa eleitoral saiu à rua para ir votar. Desde então, a participação eleitoral tem registado uma descida acentuada, sendo que em 2019, menos de 50% da população portuguesa saiu para ir exercer o seu dever de cidadania, do qual esteve privado durante quase meio século! O que acha que justifica este desinteresse pela política portuguesa e qual a sua opinião acerca deste assunto?

EF: *Em 75 o povo saiu à rua para votar num futuro melhor. Mas com o passar dos anos, depois de muitas promessas não cumpridas pelos políticos, com alguma corrupção à mistura e o desígnio de muitos de se servirem em vez de servirem, grande parte da população desinteressou-se pelas eleições. É lamentável que assim seja, mas infelizmente sinto que vai perdurar, atendendo a que os poderes instalados são sempre avessos a mudanças que possam prejudicar os seus*

interesses. E com os mais jovens, que não viveram nem sentiram as agruras da ditadura, cada vez desinteressados, será ainda pior.

6ª – A realização das eleições assentou em dois métodos: o civil e o militar. Na altura, certamente, apenas as grandes cidades tinham, uma rede "sustentável" e civil de comunicações. Pode-se considerar que as comunicações militares foram, senão a melhor, uma das mais importantes para a transmissão dos resultados?

EF: *A transmissão dos resultados de cada uma das 4027 juntas de freguesia para o centro de escrutínio, instalado na Fundação Calouste Gulbenkian em Lisboa, fez-se exclusivamente pelos sistemas de telecomunicações dos CTT e dos TLP (estes apenas nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto). Logo em janeiro tivemos contactos diretos com essas empresas para sabermos das suas capacidades para a transmissão dos resultados conforme já havíamos idealizado: ligação telefónica de cada freguesia para o Governo Civil do distrito respetivo e depois telegrama (um por freguesia) para Lisboa. Entre as cidades e vilas do país havia uma rede telefónica com reduzida capacidade, mas minimamente funcional. Mas muitas juntas de freguesia não dispunham de telefone, e foi-nos dito pelas empresas que não tinham capacidade para a sua instalação já que as centrais, instaladas nas cidades e nalgumas vilas, não tinham vagas disponíveis. Confrontados com a nossa exigência de um telefone em cada junta de freguesia, os CTT "avariaram temporariamente" telefones de alguns assinantes e mudaram as linhas para as juntas. E tudo correu com queríamos, e sabíamos ser tecnicamente possível e fácil de efetuar. As redes do Exército estiveram em "standby" para serem utilizadas em caso de necessidade, o que não sucedeu.*

7ª – Numa frase, como descreve o que foi para si, fazer parte da preparação, e ter visto o triunfo da realização das eleições de 25 de Abril de 1975?

EF: *Foi uma honra ter participado na preparação de um acontecimento que constituiu uma clara demonstração de apoio da população ao regime democrático instaurado pelo MFA em Abril de 1974.*

O INÍCIO DOS TRABALHOS

Chegara o grande dia. Ao fim de 38 dias após as eleições de 25 de Abril de 1975, a 2 de Junho, dava-se início aos trabalhos da Assembleia Constituinte. Era o início de uma longa caminhada para os 250 deputados constituintes ao qual lhes tinha sido incumbida a missão de proporem, discutirem, e por fim aprovarem, a futura Constituição portuguesa, que acabaria por reger o nosso país.

A Assembleia Constituinte, durante o seu período de funcionamento, realizou ao todo 129 sessões plenárias, sendo 108 delas dedicadas praticamente em exclusivo ao próprio trabalho de redação da Constituição, enquanto que as restantes sessões, 21, foram as seguintes:

A 1ª sessão, que foi a sessão solene inaugural;

1 sessão que elegeu a Mesa e nomeou uma comissão para a elaboração de uma proposta de um Regimento Interno;

7 sessões para a discussão e aprovação do Regimento Interno acima citado;

1 sessão que criou uma comissão encarregue de preparar uma proposta sistematizada da Constituição;

1 sessão de apresentação do parecer da comissão acima mencionada;

9 sessões para a discussão do parecer já referido e dos seis projetos de Constituição elaborados e propostos por cada um dos Partidos representados na Assembleia;

E por último, 1 sessão de encerramento, onde foi assinado o decreto de promulgação da Constituição da República Portuguesa, pelo então Presidente da República Costa Gomes.

Foram igualmente criadas 13 comissões especiais (sendo estas constituídas por 11 ou 12 deputados), que trabalharam por cerca de 1 000 horas, durante 327 sessões!

À Assembleia Constituinte coube a mais nobre tarefa da construção da nossa democracia. Esta acabou sendo instituída como órgão de soberania, "*e órgão de soberania por excelência, por lhe competir fazer a Constituição*" [11].

Do mesmo modo, e para que se perceba a importância da Assembleia Constituinte foi esta "*que fez a interpretação 'autêntica' do Programa do MFA.; e havia de ser esta a interpretação, e não a feita por ninguém mais, que haviam de se reportar os preceitos constitucionais alusivos ao «espírito» da Revolução de 25 de Abril de 1974 ou ao Programa do Movimento das Forças Armadas*" [12], dando mostras do poder prático que tinha este órgão democraticamente eleito pelo povo português.

No entanto, e apesar do sucesso das eleições em Abril de 1975, e do posterior início dos trabalhos da Assembleia, as coisas nada fáceis se tornaram, piorando até, e mesmo quase se encerrando a Assembleia Constituinte. Por muito pouco, esteve em risco de se desmoronar a recente vitória de se escrever uma Constituição. Entrávamos nos meses do dificílimo Verão Quente de 1975, que foi marcado por um "*recrudescimento da Guerra Fria dentro e fora da Europa, com Portugal a servir de campo de*

A INFLUÊNCIA DO PREC

batalha entre as Potências Ocidentais e a União Soviética no apoio aos partidos identificados com os respetivos regimes políticos"[13].

O PREC acabou por ser o processo de transição para a democracia em todos os aspetos. Ao se falar deste momento da História de Portugal, salientam-se os acontecimentos que decorreram entre o 11 de Março e o 25 de Novembro de 1975, onde se viu o processo, progressivamente, a assumir uma vertente cada vez mais radical, o que por sua vez suscitou a revolta das forças oposicionistas e atirou o país para um cenário sociopolítico bastante conturbado.

Após os eventos do 11 de Março de 1975, o Processo Revolucionário inclinou-se para uma via mais radical a fim de concretizar os objetivos do programa do MFA. Uma demonstração do caráter radical, previamente referido, foram as várias medidas tomadas, como por exemplo a Reforma Agrária, que afetou principalmente os grandes proprietários do Sul do país ao conceder cobertura legal aos trabalhadores rurais que tomaram posse sobre as grandes herdades que não lhes pertenciam e as transformarem em Unidades Coletivas de Produção (UCP), conferindo então uma feição ainda mais extremista ao PREC.

Outro exemplo do radicalismo que se vinha a espalhar pelo país, e que influenciou diretamente os trabalhos da Assembleia Constituinte foi ter se verificado que muitos dos deputados constituintes, "*ao saírem da Assembleia, questionavam-se se regressariam no dia seguinte, se esta estaria aberta*". No entanto, "*havia resistência no país e na Assembleia Constituinte, realizando-se grandes manifestações e motins de revolta*"[14].

Facto que também se revelava como obstáculo ao desenrolar dos trabalhos constituinte eram as frequentes manifestações nas ruas, os assaltos às sedes partidárias e a proliferação de organizações armadas revolucionárias, tanto no espectro político de direita como no de esquerda.

Além dos confrontos entre as diferentes forças políticas, também merece um destaque o emergir de rotura dentro do próprio MFA, entre os elementos moderados que se mantinham fiéis ao compromisso de se apresentarem como um "movimento suprapartidário" e aqueles que se demonstravam incapazes de o cumprir.

A classificação do MFA como um «movimento suprapartidário» ficou estipulado no "Plano de Ação Política", documento este, aprovado pelo Conselho da Revolução, a 9 de junho de 1975, que estabelecia os principais objetivos políticos do PREC, nomeadamente a "*construção de uma sociedade socialista*"[15]. No entanto, o MFA defendia que só se iria dar começo à referida construção de uma suposta sociedade socialista "*por via pluralista*", baseada na "*livre expressão e discussão de opiniões*". Isto porque, como era proclamado no documento, o MFA "*repudia (…) a implantação do socialismo por forma violenta ou ditatorial*". Tendo se feito uma breve referência a defender os pontos do *Pacto MFA-Partidos,* ratificado no mês de Abril do mesmo ano:

A INFLUÊNCIA DO PREC

«*1.6 – O MFA reafirma a sua determinação em cumprir e fazer cumprir, integralmente, os termos da Plataforma de Acordo Constitucional*»[15].

Este documento agiu assim, como a base para as futuras discórdias no seio do MFA uma vez que estabelecia o MFA como um «*Movimento Suprapartidário*», isto é, um movimento que pratica a sua política de maneira isenta das influências dos partidos políticos.

Os trabalhos constitucionais, apesar de o seu normal funcionamento, e tendo por base o "*Diário da Assembleia Constituinte*", mostram que dentro do Palácio de São Bento, se resistia às propostas leninistas que entravam na Assembleia, apesar da agitação social nas ruas.

Eram regulares as confrontações quanto à idealização que se tinha da futura Constituição do país, um confronto entre "*a conceção dos partidos identificados com a democracia de tipo ocidental e a do partido comunista, quer quanto aos direitos, aos limites, aos deveres, quer quanto à afirmação da «dignidade social» de todos os cidadãos feita pelos primeiros e recusada pelos segundos*" [16].

As diferentes sessões passadas durante estes meses quentes foram autênticas batalhas. Os deputados faziam de tudo, de destacar a maioria da chamada força defensora de um Estado de Direito democrático – o PPD, o CDS e o PS, para que não se deixasse "ficar nada em branco", que mais tarde fosse usado de forma indevida: "*o risco estava em aparecerem cláusulas de abertura suscetíveis de extrapolação ou de aproveitamentos de cunho autoritário, como na Constituição de 1933*"[17].

No entanto, durante o PREC, dois momentos mostraram-se decisivos, mas contraditórios entre eles, para o posterior sucesso da Assembleia Constituinte: a formação do V Governo Provisório, liderado mais uma vez por Vasco Gonçalves, que veio a fazer aumentar o descontentamento face ao "*gonçalvismo*"; e a entrega e difusão de um documento elaborado por Melo Antunes, mais conhecido como "*O Documento dos Nove*", onde se denunciava o desvio por parte de alguns membros do MFA do seu dever de praticarem uma política isenta de influência partidária.

Os nove oficiais criticaram fortemente o estado em que Portugal se encontrava, reafirmando em concordância, que o país de facto, deveria ser direcionado para uma via socialista, mas que, no entanto, tal não se verificava. Ao invés, manifestava-se por toda a parte "*formas selvagens e anarquizantes de exercício do poder*"[18], e um aproveitamento por parte das forças de esquerda para cumprirem os seus interesses pessoais, nomeadamente ao tornarem os «grandes grupos financeiros e monopolistas» alvo de desmantelamento.

O "*Documento dos Nove"* recebeu uma forte adesão por todo o país, tanto por oficiais como por civis, tendo atuado como uma reflexão do descontentamento que se fazia sentir, e a respetiva vontade de mudança em relação ao rumo que o processo tomava. Desta maneira, o

A INFLUÊNCIA DO PREC

documento acabou por ter uma forte influência na desaprovação do V Governo Provisório, liderado por Vasco Gonçalves, afeto ao Partido Comunista Português, e na sua subsequente queda, abrindo portas para o VI Governo Provisório, liderado por Pinheiro de Azevedo.

No entanto, a atuação dos elementos moderados do MFA também incidiu na nomeação do Capitão Vasco Lourenço, um dos nove oficiais do Conselho da Revolução, que também subscreveu o Documento, para o Comando da Região Militar de Lisboa, o que implicou a substituição de Otelo Saraiva de Carvalho, o principal autor do minucioso plano de operações do MFA que havia resultado na queda do Estado Novo.

Substituição esta, que suscitou revolta entre os militares, dada a figura carismática de Otelo, no entanto, ele próprio, apesar de descontente, aceitou as condições e não tendo protestado. Porém, esta medida seria a faísca para uma nova tentativa de Golpe Militar, o 25 de Novembro de 1975.

Mas antes de elaborar este assunto, aconteceu outro episódio no decorrer do Verão Quente que afetou os trabalhos da Assembleia Constituinte. Os deputados constituintes viveram um episódio, que atualmente julgaríamos ser impossível: os 250 deputados estiveram sequestrados na Assembleia, no episódio que ficou conhecido como, "O cerco da Assembleia Constituinte".

A 12 de Novembro, um grupo de quase 100 000 manifestantes, grande maioria ligado ao ramo da construção civil, reivindicavam um contrato coletivo de trabalho, e como tal decidiram cercar o Palácio de São Bento, aquando do decorrer dos trabalhos. Esta foi uma manifestação que durou umas longas 36 horas, e só ao fim da manhã do dia 13 de Novembro são libertados, saindo ladeados pelos manifestantes. Teve "*uma repercussão nacional e internacional, e era uma vergonha para a nossa revolução e para o nosso País*"[18]. Para surpresa, mas não de todos, a saída dos deputados do Partido Comunista parecia de glória, saindo de "*punho erguido e aclamados*"[19].

Rede contra-revolucionária descoberta em Colares

Conforme a Imprensa diária, do passado dia 26, largamente noticiou, foi descoberta ,em Colares, numa isolada vivenda, junto ao mar, cerca de 80 quilos de explosivo plástico, uma importante quantidade de cordão detonante, diversas granadas ofensivas e defensivas, muitas centenas de munições de armas de guerra, máscaras antigás e diverso outro material bélico, tendo sido detidos três suspeitos, cujas identidades as autoridades até agora não revelaram, para não prejudicar as investigações em curso.

Foi igualmente ali descoberta, pelo Serviço de Informações Militares, uma perigosa ligação da rede terrorista do E. L. P. que, segundo a Imprense igualmente noticiou, «se preparava para intensificar a vaga de atentados que têm cometido nos últimos tempos».

Constituição do VI Governo Provisório

Primeiro-Ministro: **Almirante Pinheiro de Azevedo**
Administração Interna: **Comandante Almeida e Costa**
Negócios Estrangeiros: **Major Melo Antunes**
Comércio Externo: **Dr. Jorge Campinos** (P. S.)
Comércio Externo: **Dr. Magalhães Mota** (P. P. D.)
Agricultura: **Eng.º Lopes Cardoso** (P. S.)
Trabalho: **Capitão Tomás Rosa**
Educação: **Major Vítor Alves**
Indústria: **Eng.º Marques do Carmo**
Equipamento Social: **Eng.º Veiga de Oliveira** (P. C.)
Transportes: **Eng.º Walter Rosa** (P. S.)
Comunicação Social: **Dr. Almeida Santos**
Finanças: **Dr. Salgado Zenha** (P. S.)
Justiça: **Dr. Pinheiro Farinha**
Assuntos Sociais: **Dr. Sá Borges** (P. P. D.)

Este elenco, de 15 elementos, será reforçado com cerca de 30 secretários e subsecretários de Estado.

A SALVAGUARDA DA DEMOCRACIA – O 25 DE NOVEMBRO

O 25 de Novembro de 1975 acabou por ser a última tentativa de golpe militar levado a cabo pela esquerda revolucionária, com o objetivo de conquistarem o poder. Consistiu numa tentativa de golpe militar encabeçado pelas tropas paraquedistas de Tancos. Este episódio foi resultado, como acima já referido, da substituição de Otelo Saraiva de Carvalho do Comando da Região Militar de Lisboa, exigindo a permanência de Otelo no cargo.

As tropas paraquedistas acabaram por ocupar nesse dia, o Comando da Região Aérea do Monsanto, a Escola Militar da Força Aérea, e mais cinco bases aéreas tendo detido o tenente-coronel Aníbal Pinho Freire e exigido a demissão de Morais da Silva.

Às forças vindas de Tancos juntaram-se o Regimento de Artilharia de Lisboa, comumente conhecido por RALIS, que estava conotado com a esquerda militar, os "*gonçalvistas*", que tomaram posições no Aeroporto de Lisboa, nas portagens da autoestrada A1 de acesso à cidade, e também ocuparam o Depósito de Material de Guerra de Beirolas. Igualmente juntaram-se as forças da Escola Prática de Administração Militar e da Polícia Militar, estes conotados com a esquerda militar radical de Otelo Saraiva de Carvalho.

Em resposta a esta situação acaba por se mobilizar uma força militar, os Comandos da Amadora (estes liderados por Jaime Neves), que conotados com as forças moderadas, avança com o contragolpe (este no seu todo comandado conotados com as forças moderadas, avança com o contragolpe (este no seu todo comandado pelo então Tenente-Coronel Ramalho Eanes, que ano mais tarde se tornaria no 1º Presidente da República eleito em plena democracia).

O sucesso das forças moderadas surge rapidamente. As forças revolucionárias caem por terra.

Apesar de o 25 de Novembro ter ameaçado soltar o caos em Portugal, acabou por se revelar fraco dada a antecipação por parte das forças moderadas conectadas com o "*Grupo dos Nove*" de um eventual confronto armado.

Com vista a dar um maior enriquecimento ao conteúdo da *Gazeta da Revolução*, entrevistou-se o Sr. Coronel Vasco Lourenço, ilustre "Capitão de Abril", Presidente da Associação 25 de Abril, e também morador no nosso concelho de Sintra.

Fazendo parte do MFA, assumiu um papel preponderante durante a Revolução do 25 de Abril, mas foi também um dos protagonistas do Verão Quente de 1975, tendo sido um dos oficiais signatários originais do "Documentos dos Nove" que foi decisivo para travar a influência da esquerda no seio de um Movimento que deveria ser suprapartidário.

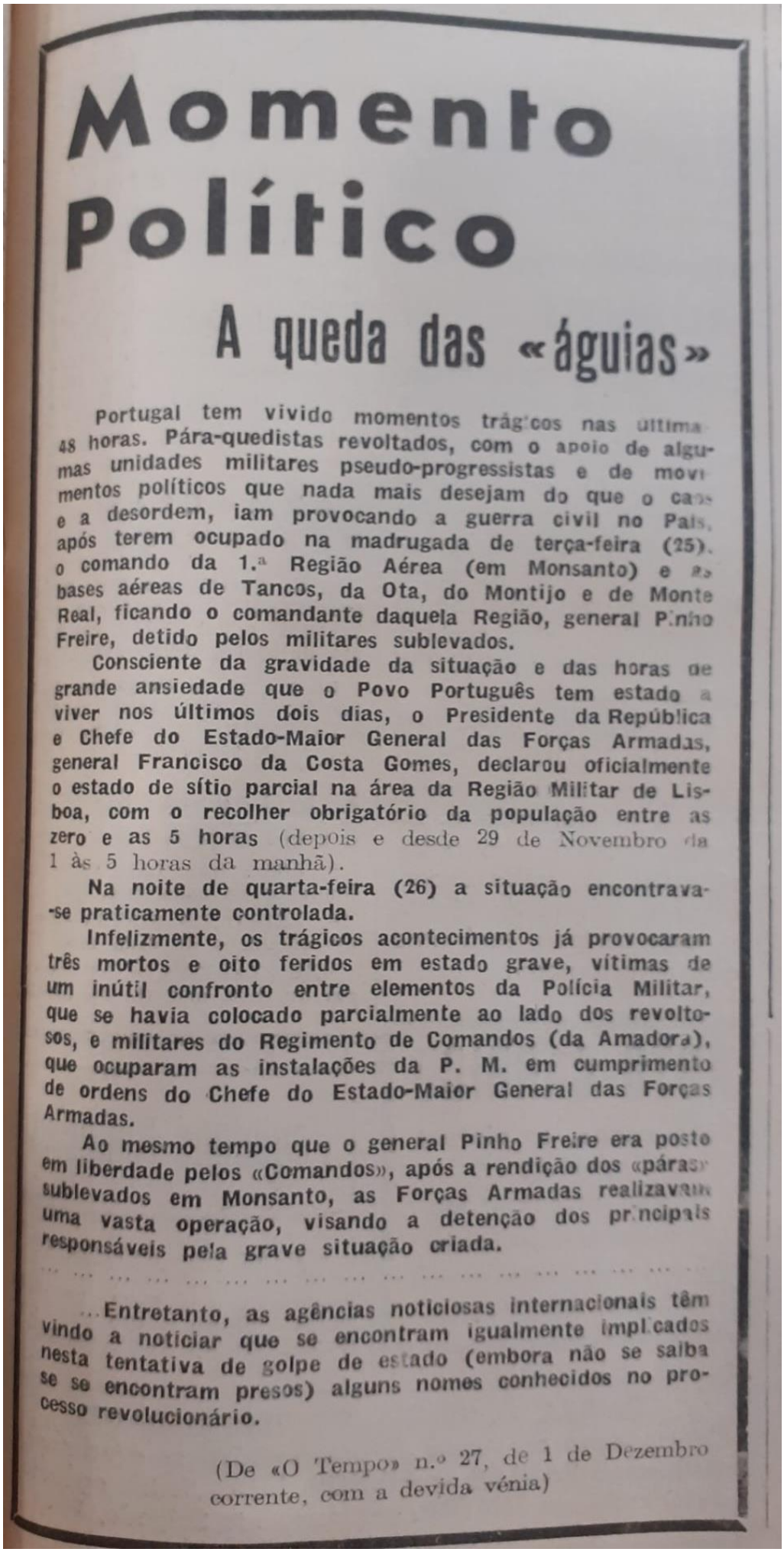
Para isso, foi entrevistado o Coronel Vasco Lourenço.

Após o 25 de Novembro, houve uma mudança a nível de "*mentalidades, comportamentos e expectativas coletivas*"[20], de forma que a presença da extrema-esquerda e da extrema-direita se esvaziou, praticamente do palco

A SALVAGUARDA DA DEMOCRACIA – O 25 DE NOVEMBRO

político, sendo esta data frequentemente conotada com a responsabilidade pela estabilização do cenário sociopolítico português e por permitir que o país finalmente se tivesse encaminhado para uma democracia plena e liberal.

Como afirma Jorge Miranda, "*a primeira e quase imediata consequência dos acontecimentos de 25 de Novembro foi a acalmia das tensões políticas, como que um respirar mais fundo, mais saudável e mais livre pela imensa maioria dos Portugueses*"[21].



Momento Político

A queda das «águias»

Portugal tem vivido momentos trágicos nas últimas 48 horas. Pára-quedistas revoltados, com o apoio de algumas unidades militares pseudo-progressistas e de movimentos políticos que nada mais desejam do que o caos e a desordem, iam provocando a guerra civil no País, após terem ocupado na madrugada de terça-feira (25), o comando da 1.ª Região Aérea (em Monsanto) e as bases aéreas de Tancos, da Ota, do Montijo e de Monte Real, ficando o comandante daquela Região, general Pinho Freire, detido pelos militares sublevados.

Consciente da gravidade da situação e das horas de grande ansiedade que o Povo Português tem estado a viver nos últimos dois dias, o Presidente da República e Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, general Francisco da Costa Gomes, declarou oficialmente o estado de sítio parcial na área da Região Militar de Lisboa, com o recolher obrigatório da população entre as zero e as 5 horas (depois e desde 29 de Novembro da 1 às 5 horas da manhã).

Na noite de quarta-feira (26) a situação encontrava-se praticamente controlada.

Infelizmente, os trágicos acontecimentos já provocaram três mortos e oito feridos em estado grave, vítimas de um inútil confronto entre elementos da Polícia Militar, que se havia colocado parcialmente ao lado dos revoltosos, e militares do Regimento de Comandos (da Amadora), que ocuparam as instalações da P. M. em cumprimento de ordens do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas.

Ao mesmo tempo que o general Pinho Freire era posto em liberdade pelos «Comandos», após a rendição dos «páras» sublevados em Monsanto, as Forças Armadas realizavam uma vasta operação, visando a detenção dos principais responsáveis pela grave situação criada.

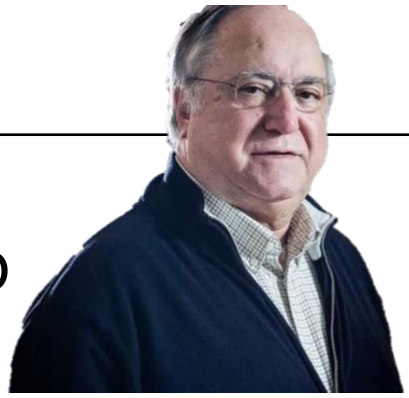
... ...

...Entretanto, as agências noticiosas internacionais têm vindo a noticiar que se encontram igualmente implicados nesta tentativa de golpe de estado (embora não se saiba se se encontram presos) alguns nomes conhecidos no processo revolucionário.

(De «O Tempo» n.º 27, de 1 de Dezembro corrente, com a devida vénia)

entrevista.

VASCO LOURENÇO



1ª: Tendo sido um dos oficiais que fazia parte das denominadas forças moderadas, qual sente que era o propósito da posição que defendiam, em comparação com as revolucionárias?

VL: *Essencialmente nós defendíamos que o processo se encaminhasse para cumprir as promessas que estavam contidas no programa do MFA. Nomeadamente no campo da democratização, da descolonização e do desenvolvimento. E enquanto o desenvolvimento era um processo muito mais demorado, o da descolonização foi um processo que foi acelerado e cumprido num período mais curto, mas o da democratização, que era essencial para que tudo o resto pudesse ser possível, tinha uma etapa fundamental que era fazer eleições para uma Assembleia Constituinte num prazo de 1 ano. Nós fizemos essas eleições, e foram, até hoje, em Portugal, as que tiveram maior taxa de participação. Eu não me farto de salientar um aspeto que mostra bem a importância dessas eleições: em 1973, tinha havido "eleições" para a Assembleia Nacional e o mundo eleitoral não chegava a 1 500 000 eleitores. Um ano e pouco depois, nós fazíamos eleições no dia 25 de Abril de 1975, e os cadernos eleitorais dessas eleições, os eleitores ultrapassavam os cinco milhões e meio de recenseados! E deste total de recenseados, votaram 92%!*

2ª: O que foi e porque aconteceu o 25 de Novembro? Quais foram os seus antecedentes?

VL: *As eleições quando se realizaram a 25 de Abril de 1975 para a Assembleia Constituinte tiveram uns resultados que não estavam muito de acordo com a correlação de forças na rua, e isso provocou o desencantamento de muitos que estavam convencidos que tinham mais aceitação do que efetivamente tinham.*

Por causa de uma tentativa de golpe, à direita, protagonizada pelo Spínola, que foi o 11 de Março de 1975, e que falhou felizmente, e isso provocou a aceleração do processo, mais para o lado revolucionário. A certa altura, a questão que se começou a colocar era entre a legitimidade democrática e transformar o MFA numa vanguarda revolucionária. Portanto, a grande luta que se vai dar no seio do MFA e no CR é entre os que querem manter-se fiéis aos compromissos que se assumiram no 25 de Abril, em termos de democratização, e os que defendem que devíamos impor a nossa revolução aos Portugueses.

Mais tarde, acaba por se formar um Diretório, que era formado pelo Presidente da República Costa

PARA OUVIR, CLIQUE NA IMAGEM

00:00 15:10

SOUNDCLOUD

A plataforma *"SoundCloud"* não patrocina, nem faz parte integrante do projeto. Apenas serve de ligação para a partilha de conteúdos livres e gratuitos.

Gomes, pelo 1ºMinistro Vasco Gonçalves, e pelo Comandante do COPCON, o Otelo Saraiva de Carvalho. Uma das decisões tomadas por eles foi a expulsão dos 9 conselheiros que elaborámos e difundimos um documento, que ficou conhecido como "Documento dos 9", dos quais eu fui o primeiro subscritor. A luta que se dava era nesse sentido. A AC foi eleita e tem de cumprir o seu papel. Se esta não aprovar uma Constituição não vale de nada ter feito as eleições. A situação acabou por se agravar, radicaliza-se, e vamos parar a uma reunião magna da Assembleia do MFA, em Tancos. Aí são alteradas a correlação de forças dentro do Conselho da Revolução. Entretanto forma-se o VI Governo Provisório, liderado pelo Almirante Pinheiro de Azevedo. A situação agudiza-se, e acabámos por estar à beira da guerra civil, e não tenho dúvida nenhuma em dizer isso, estivemos à beira da guerra civil.

Quando o Chefe do EMFA determina a dissolução da força de paraquedistas, o que levaria muitos ao desemprego, o Otelo propôs que essa força fosse atribuída ao COPCON. O Assunto é debatido no CR, e de imediato se verificou como o COPCON não tinha autonomia administrativa, eles seriam admitidos na Região Militar de Lisboa e posteriormente atribuídos operacionalmente ao COPCON. Entretanto, avançámos com a proposta de substituição do Otelo no comando da RML por mim próprio, e o que é que convenceram os paraquedistas? O Vasco Lourenço não vai aceitar a solução de eles serem colocados na RML. Isso era falso, eu não tinha tomado essa atitude. Foi o PCP que esteve por detrás disso, por ter convencido os paraquedistas disso. Eles ao estarem mesmo convencidos disso, avançaram coordenados em ligação com o PCP, para um ato de revolta, de contestação, tendo sido considerado um golpe. Nós estávamos preparados para isso, tínhamos o Ramalho Eanes a coordenar o grupo militar, a preparar a resposta a qualquer tentativa de golpe que houvesse. Nós ligados ao Presidente da República, reagimos e respondemos a isso, e conseguimos evitar que os fuzileiros entrassem no golpe, e isso fez pender para o nosso lado. Entretanto, nós detetámos também que quem estava por trás dessa manobra dos paraquedistas era o PCP. O Presidente da República Costa Gomes chamou a Belém o Álvaro Cunhal, fez-lhe ver que isso era a guerra civil, fez-lhe ver que ele, Presidente, estava contra eles, fez-lhe ver que eles iriam perder e convenceu o Álvaro Cunhal a recuar, e ele mandou recuar as forças paraquedistas. Portanto, foi nos extraordinariamente fácil a nós, sem entrar em grandes batalhas resolver o problema. Os esquerdistas, nomeadamente a Polícia Militar, que não estava no golpe, não perceberam aquilo em que estavam metidos, e não reagiram e deixaram-se levar, acabando por ser as vítimas maiores do 25 de Novembro. Nomeadamente, nós fomos obrigados a atacar o quartel da Polícia Militar, tendo havido 3 mortes a lamentar. E assim resolvemos o problema, podendo-se dizer que em certa medida, o PCP acabou por sair como pequeno vencedor, pois não saiu do processo político e viu sair borda fora a extrema-esquerda.

3ªP:Que leitura consegue fazer dos acontecimentos do 25 de Novembro?

VL: *Qual é a leitura que eu faço do 25 de Novembro… eu assumo, eu comandei as operações com o Ramalho Eanes, sinto-me altamente responsável, acho que não aconteceu o pior, que seria de facto o confronto violento e a guerra civil, não caímos nisso, evitámos que a direita fizesse um novo 28 de Maio, e recuperámos o verdadeiro espirito do 25 de Abril, de democratização, criando condições para que a Assembleia Constituinte levasse o seu trabalho até ao fim, e pudesse aprovar livremente uma Constituição. Foi um processo altamente complicado, extraordinariamente vivido, rico, e como costumo dizer, aqueles 2 anos já ninguém mos tira.*

4ªP: Do seu ponto de vista, tendo em conta a sua posição militar e de morador da região, que mudanças, sejam elas políticas ou sociais, observou na AML?

VL: *Lisboa na altura era um gueto, tinha os chamados bairros degradados, os "Bairros de Lata". Em determinada altura acabou-se com isso. Infelizmente hoje estamos, e o COVID tem-no demonstrado, a voltar a muitas situações desse tipo, não propriamente todas no concelho de Lisboa, mas em toda a Área Metropolitana de Lisboa. Lisboa é uma grande metrópole e como todas as grandes metrópoles, tem o lado bom e o mau das grandes cidades.*

5ªP: O que representa para si o espírito de Abril? Sente que com as gerações mais novas tem-se vindo a verificar a perda desse espírito?

Eu fui o porta-voz de tudo o que era MFA a seguir ao 25 de Abril, e como devem calcular, muitas vezes perguntavam-me, os jornalistas e não só, o que é o MFA. A minha resposta sempre era, é um estado de espírito. E um estado de espírito o que é? Acima de tudo é a liberdade, que é o valor essencial, porque nós militares de Abril lutámos. Eu não gosto de dizer que no meu tempo é que era. Eu acho que cada geração tem os seus valores, os seus princípios e acaba por se impor. Agora, por exemplo, quando me dizem que o jovem dá pouca importância à liberdade, eu digo que é natural. Vive, nasceu com ela, não sabe o quanto ela lhe faz falta. Portanto, costumo dizer aos jovens, e é essa mensagem que quero deixar aqui, pensem na liberdade, como pensam na saúde. Só quando ela começa a faltar é que nós sentimos o valor que ela tem. Há sempre alguém que quer tirar a liberdade aos outros. E a felicidade só é possível se houver liberdade. Agora à liberdade está associada fortemente uma coisa, que sem coragem, não há liberdade. É este o verdadeiro espírito do 25 de Abril, um espírito desprendido, de quem teve posições e atitudes autónomas e independentes de forças partidárias, de quem olha para o bem comum, o bem dos Portugueses, como o grande objetivo, e não o bem pessoal. Eu confesso, e já o disse muitas vezes, houve um poeta uma vez que disse que o Homem para se realizar tem de fazer três coisas na vida: fazer um filho, plantar uma árvore e escrever um livro. Eu costumo dizer, eu sou mais realizado, porque rendo feito essas três coisas também tive a sorte de poder participar no 25 de Abril.

TEMOS CONSTITUIÇÃO!

Após um longo período de instabilidade sociopolítica em Portugal e diversos episódios que dificultaram os trabalhos dos deputados da Assembleia Constituinte, foi ao segundo dia do mês de abril de 1976, que foi aprovada e decretada a Constituição da República Portuguesa, o documento fundador e pedra angular da nossa democracia.

Parece apropriado que, para extrair conclusões acerca do que se aprendeu e investigou, primeiramente tomemos nota do impacto que todo o processo revolucionário teve nos trabalhos da versão original da Constituição portuguesa. Para efeito, delinearemos uma comparação entre a versão original da Constituição (1976) e a 1ª Revisão Constitucional, em 1982.

Ao ler a versão original da nossa Constituição, podemos encontrar diversos artigos que apresentam uma nítida influência do *PREC*, seguindo uma linha ideológica revolucionária e tendo como resultado uma Constituição que manifesta uma grande "*carga ideológica*" [23] nas esferas da política, vida económica e estruturação social.

Além de se destacar uma vertente socialista neste documento, outra peculiaridade que é possível constatar é o respeito pelo *Acordo MFA-Partidos*, que visava assegurar que a institucionalização do MFA não seria posta em causa com a nova Constituição, e, como se pode verificar no Art.º3, o Movimento é reconhecido como "*garante das conquistas democráticas e do processo revolucionário", participando, "em aliança com o povo, no exercício da soberania, nos termos da Constituição*".

De facto, no Art.º113, pode-se constatar a inclusão do Conselho da Revolução (e, por conseguinte, os membros do MFA) nos órgãos de soberania.

Quanto à vertente socialista, esta revela-se em vários artigos, demasiados para incluir nesta investigação, portanto deu-se foco aos mais determinantes para o funcionamento do Estado, da economia e da própria sociedade portuguesa.

No que diz respeito ao rumo político, é reiterado numerosas vezes o objetivo de executar uma "*transição para o socialismo" (Art.º2)* a fim de obter uma *"sociedade sem classes*" (Art.º 1). Esta transição, no entanto, necessita de uma ação por parte da sociedade, sendo então esta realizada mediante o "*exercício democrático do poder pelas classes trabalhadoras*" (Art.º2). Pode-se assim observar uma influência socialista no funcionamento da sociedade portuguesa pois, segunda a Constituição de 1976, a soberania popular seria entregue exclusivamente às classes trabalhadoras e não à totalidade da população portuguesa, um ponto que causou bastante divisão entre os deputados da Assembleia Constituinte, mas que, todavia, acabou por ser aprovado.

TEMOS CONSTITUIÇÃO!

Pode-se assim observar uma influência socialista no funcionamento da sociedade portuguesa pois, segunda a Constituição de 1976, a soberania popular seria entregue exclusivamente às classes trabalhadoras e não à totalidade da população portuguesa, um ponto que causou bastante divisão entre os deputados da Assembleia Constituinte, mas que, todavia, acabou por ser aprovado.

Por fim, em relação à interferência do socialismo com a economia portuguesa, essa revela-se no Art.º80, onde se estabelece que a organização económico-social da República Portuguesa, que seria assente "*no desenvolvimento das relações de produção socialistas*".

No artigo seguinte, são também estabelecidas as incumbências prioritárias do Estado e, em correlação com o objetivo estabelecido no artigo prévio, são definidas medidas vincadas com um caráter socialista, como por exemplo a eliminação e impedimento da "*formação de monopólios privados, através de nacionalizações ou de outras formas, bem como reprimir os abusos do poder económico e todas as práticas lesivas do interesse geral*", ou o simples facto de prosseguir com a "*reforma agrária*". Por fim, a propósito das nacionalizações, no Art.º 82 define-se as "*efetuadas depois do 25 de abril de 1974*" como "*conquistas irreversíveis das classes trabalhadoras*".

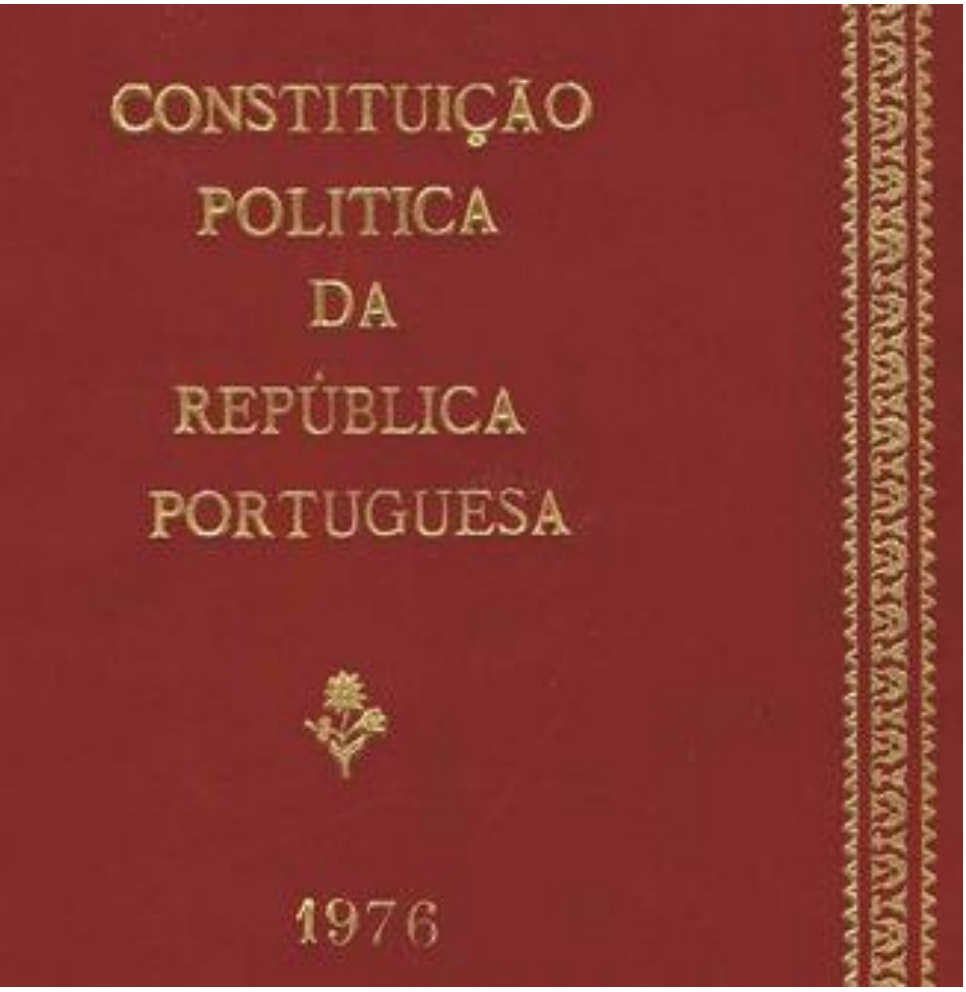
A 30 de setembro de 1982 foi então marcada a primeira revisão constitucional efetuada à Constituição da República Portuguesa desde a Constituição da República Portuguesa desde a sua inauguração, já em plena democracia e em preparação de entrada na CEE daí por 4 anos.

Esta revisão procurou reduzir o vinco ideológico socialista que caracterizava a versão original. Assumiu um papel determinante na redução da influência do MFA nos assuntos do Estado ao eliminar o segundo ponto do Art.º3 da versão original da Constituição, que reconhecia o MFA como "*garante das conquistas democráticas e do processo revolucionário*" participando, esse motivo, "*em aliança com o povo, no exercício da soberania, nos termos da Constituição*". Nesse sentido, o Conselho da Revolução também foi despromovido do estatuto de "*órgão de soberania*", com a revisão do Art.º113.

Com esta revisão o poder central vira-se "*liberto de qualquer condimento militar*"[22], e, em contrapartida, as Forças Armadas viram-se "*subordinadas ao poder político, que passou a assentar, unicamente, na legitimidade democrática*", isto é, no povo português.

Apesar de a 1º Revisão Constitucional reduzir ligeiramente a carga ideológica socialista que a versão original apresentava, acabou por se revelar incapaz de eliminar, efetivamente, os traços mais salientes do socialismo. Manteve inalterado o Art.º83, por exemplo, que proibia o retrocesso das nacionalizações efetuadas após o 25 de Abril de 1974; e também preservava a ideia de que a realização da Reforma Agrária e a abolição dos monopólios privados, através da execução de nacionalizações, eram algumas das

TEMOS CONSTITUIÇÃO!



tarefas mais imperiosas que cabiam ao Estado (Art.º81).

Foi necessário passarem mais 7 anos para que, com a segunda Revisão Constitucional, fosse posto um termo aos referidos traços económicos de índole socialista.

O momento da aprovação final da Constituição portuguesa, a Constituição que hoje rege o nosso país, foi o marco de um momento e de um período conturbado, mas ao mesmo tempo de um período fascinante, um período em que *"enquanto se vivia uma Revolução estava-se a redigir uma Constituição". (podcast um)* É certamente um dos momentos, tanto na História Nacional, como na História Parlamentar e Política do país um acontecimento que marcou, marca e continuará a marcar a vida dos portugueses.

Fiquemos com as imagens deste momento histórico, o momento em que os portugueses de Sintra, os portugueses de Lisboa, os portugueses de Portugal ganhavam a sua garantia da instauração da democracia em Portugal.

VÍDEO-CAPÍTULO (CLIQUE NA IMAGEM)

SINTRA E A DEMOCRACIA

Em todo o país, o 25 de Abril de 1974 fez-se sentir de uma forma nunca antes vista. Era neste dia que as liberdades (e também direitos) começavam a ficar à vista de todos os portugueses. Em Sintra, o panorama não foi diferente.

No entanto, Portugal não se ergueu num único dia. Foram necessários muitos anos até que este se tornasse realmente num país democrático. Em Sintra, muita coisa mudou.

Num testemunho ainda jornalístico, o ilustre Jornal de Sintra noticiou a "Revolução dos Cravos". *"(...) O Jornal de Sintra, editado dois dias depois do 25 de Abril, só teve oportunidade, devido ao «fecho do jornal» daquela semana, de publicar uma pequena notícia intitulada «O Golpe de Estado – sem derramamento de sangue – realizado pelas Forças Armadas». Nos números seguintes destacou os principais acontecimentos que entretanto foram vividos pelos portugueses, em geral, e pelos sintrenses, em particular.*

A Câmara Municipal de Sintra reuniu-se extraordinariamente no dia 30 de Abril e deliberou enviar à Junta de Salvação Nacional o seguinte telegrama: «Câmara Municipal de Sintra reunião extraordinária hoje resolveu por unanimidade saudar Forças Armadas e Junta de Salvação Nacional e manifestar seu propósito total colaboração desempenho suas funções mantendo perfeita normalidade todos os serviços municipais (...)" [23]

Pela importância de várias personalidades sintrenses na política e sociedade nacionais, um dos generais Mário Firmino Miguel, estudante de Guerra em França, acabou por ser chamado pelo Presidente da República, o então General António de Spínola, para *"(...) para prestar serviço na Junta de Salvação Nacional. Mais tarde viria a ser Ministro da Defesa Nacional e, já no posto de general, Chefe do Estado-Maior do Exército (...)."*[23]

Noutra região do Concelho, dias após a "Revolução dos Cravos", a euforia da liberdade foi vivida de uma forma muito entusiástica. *"(...) Onde se verificou alguma agitação após a Revolução de 25 de Abril de 1974 foi no então Liceu Nacional de Sintra, actualmente Escola Secundária de Sintra.*

Ali foram vividos momentos de alguma agitação visando a exclusão de professores que, outros professores e alunos, identificavam como tendo ideias fascistas. O Jornal de Sintra, de 25 de Maio, diz textualmente que o Liceu «serve de campo de uma luta encarniçada entre duas tendências. Dum lado o fascismo, doutro lado a luta pelo realmente novo, um novo que mais não seja exprime desde já democracia» (...)". [23]

Para saber um pouco mais sobre o panorama sintrense e nacional, numa perspetiva nacional e de um profissional da Comunicação Social, foi entrevistado José Manuel Mestre. É atualmente um jornalista que trabalha na SIC, muito respeitado e visto pelos portugueses como um profissional de grande qualidade e credibilidade.

Numa perspetiva de inovar, tendo em conta os tempos atuais, esta entrevista está disponível em *podcast* (onde basta clicar no segmento no fim da página).

1a: Sendo atualmente jornalista num dos maiores canais televisivos do país, qual é que considera ser o maior legado de Abril deixado à imprensa portuguesa?

JOSÉ MANUEL MESTRE (JMM): *O maior legado de Abril para os jornalistas portugueses [...] é, sem dúvida nenhuma, a liberdade de imprensa. A liberdade dos jornalistas poderem escrever sem censura, sem qualquer tipo de perseguição e sem necessidade de recorrerem a pessoas que os salvassem quando escreviam coisas que não eram consideradas oportunas pela censura. O maior legado, que fica para os jornalistas portugueses do pós-25 de Abril, é a liberdade de imprensa, a liberdade de poderem escrever, sem peias, sem censura e sem um controlo condicionador daquilo que é o direito a informar.*

2a: Sendo morador no concelho de Sintra, quais sente que tenham sido as principais mudanças que se viveram na região durante o período da transição política?

JMM: *Eu não sou natural de Sintra, vim para cá viver... já depois dos 20 anos. Conheço a realidade de Sintra, sou proveniente de um concelho do interior e a grande mudança no concelho de Sintra, como em qualquer concelho deste País [...] é a introdução do poder local democrático, que permite às populações a eleição dos seus representantes. Isso mudou tudo, porque no concelho onde eu cresci, não havia esgotos na maior parte das localidades, mesmo na sede do concelho, não havia água canalizada, em muitos casos não havia eletricidade, não havia acesso a televisão [...]. Tudo isso foi criado com um poder local democrático, que criou as condições [...] para que houvesse um acesso a tudo.*

E as populações, sempre que não estão satisfeitas, podem escolher o seu poder local, não é o centralismo que indica os seus representantes, como acontecia no passado. Essa [...] é seguramente a maior conquista da primeira Constituição [...] que se traduz na possibilidade de os cidadãos escolherem quem [...] os representa, quem conhece a sua realidade e quem pode resolver os seus problemas.

PARA OUVIR CLIQUE NA IMAGEM

A plataforma *"SoundCloud"* não patrocina, nem faz parte integrante do projeto. Apenas serve de ligação para a partilha de conteúdos livres e gratuitos.

00:00 15:10

SOUNDCLOUD

3a: Enquanto jovem, já disse que tinha entre 9 e 10 anos na altura, mas o que ficou mais marcado na sua memória do 25 de Abril de 1974?

JMM: *Eu era muito novo, conhecia mal os relatos do antes do 25 de abril e depois, como uma luz que se acendeu, eu ouvia os mais velhos a contarem as histórias da ditadura, as histórias das perseguições políticas, as histórias contadas ainda baixinho, apesar de já ser depois do 25 de abril, dizendo que esta conversa só se podia ter – para falar do passado, do antes do 25 de abril – só se podia ter muito baixinho, porque andavam à volta das casas, pessoas com aparelhos que escutavam as conversas cá dentro e... isto foi uma das coisas que me marcou muito profundamente. Haver uma coisa que eu achava que não era possível ter mudado, ou seja, a conversa não ser livre. Como eu era muito novo, não tinha percebido essa falta de liberdade no passado e o que mais me marcou foram as pessoas mais velhas a contar-me que eu tinha a possibilidade de dispor dessa liberdade [...].*

5a: Sente, de alguma forma, que as suas reportagens ou artigos continuam a ser livres, após 46 anos de um regime democrático? Ou isso mudou?

JMM: *Eu sinto total liberdade no exercício da minha profissão de jornalista. Sinto- a e exerço-a. Não me sinto condicionado, sendo que a tentativa de condicionar o trabalho dos jornalistas existe da parte dos atores mediáticos [...]. Usam as várias maneiras para condicionar e, até na própria forma como*

mediáticos [...]. Usam as várias maneiras para condicionar e, até na própria forma como comunicam, se calhar, está a maior condicionante ao exercício do jornalismo. E nós, para sermos livres e para exercer com liberdade, temos de saber ler nas entrelinhas. Temos de saber ler para além daquilo que os políticos nos dizem... os atores desportivos... qualquer outro ator público na sociedade portuguesa [...]. É preciso saber ver, saber ouvir, para além daquilo que parece óbvio e essa é a maior liberdade do jornalista. É poder interpretar, poder questionar, poder perguntar sempre e poder não acreditar na primeira versão que ouve.

Questionar. Perguntar. Duvidar. Esclarecer todas as dúvidas e não se deixar enredar na teia da mensagem que lhe chega. [...] Talvez por isso, ao fim deste tempo, seja relativamente respeitado e não me sinta nunca nem pressionado, nem condicionado.

6a: Durante o Estado Novo, apesar da forte censura, continuavam a existir jornais que fugiam à política de cultura de massas do Estado. Na sua opinião, de que forma acha que foi possível estas resistirem durante tanto tempo, apesar de todos os entraves colocados pela ditadura? Entraves como, por exemplo, os económicos.

JMM: *Eu até acredito que nessa altura, do ponto de vista económico, os órgãos de comunicação social conseguiam viver melhor do que vivem hoje, porque hoje há uma crise profunda e que coloca a liberdade em causa, porque muitas vezes pode acontecer que uma chefia ache que dar aquela notícia pode prejudicar aquele anunciante [...]. Esse é um dos maiores problemas que temos da condicionante económica na nossa sociedade.*

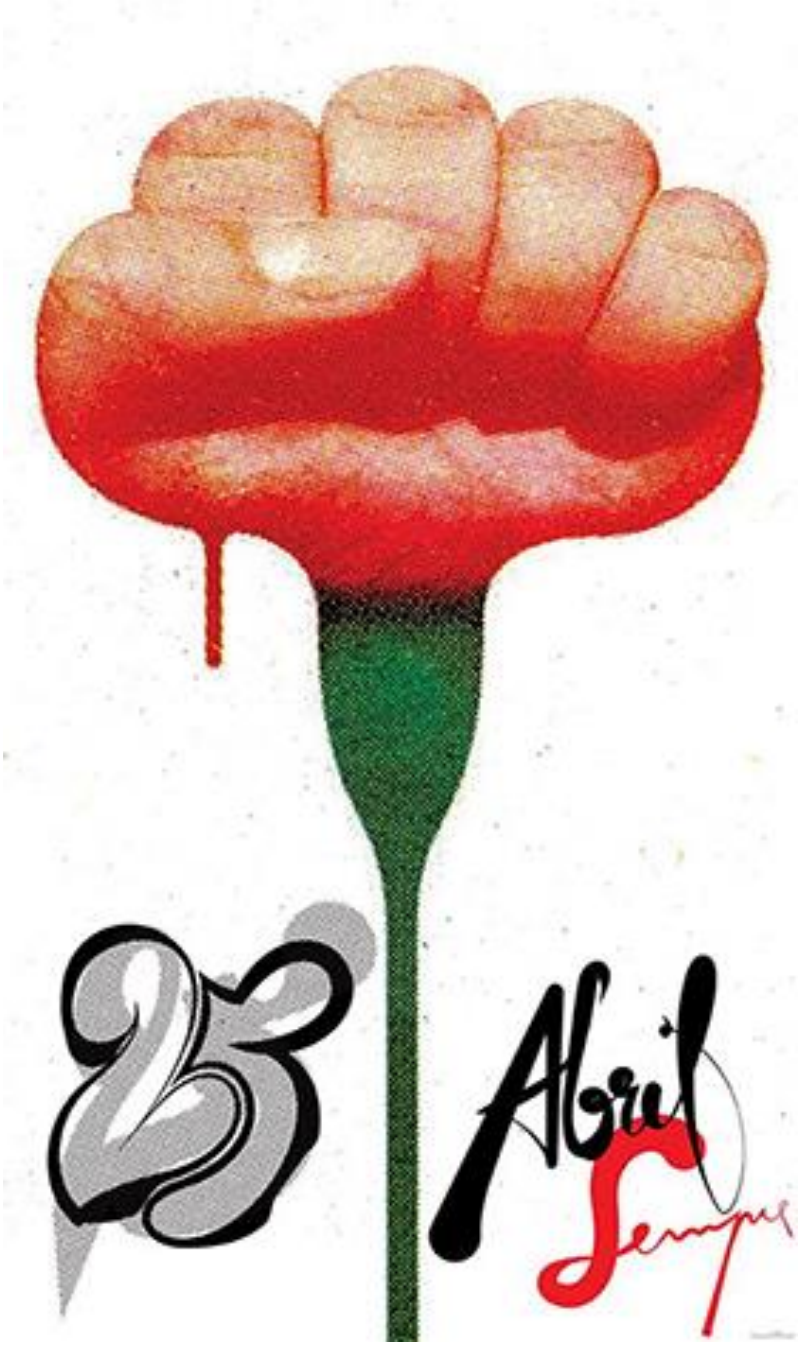
Na altura, os órgãos de comunicação social eram muito lidos e muitos vendidos. Porquê? Porque souberam adaptar-se, de uma forma brilhante, à realidade da censura. [...] Escreviam nas entrelinhas. E quem lia a comunicação social, sabia que tinha de ler as entrelinhas, e as pessoas compravam os jornais – a elite, seguramente – para ler nas entrelinhas. Para saber o que se passava, percebendo essa linguagem de código que o jornalista lhe dava e que permitia a sobrevivência dos órgãos de comunicação social. Depois, como tinham muitos leitores, [...] davam notícias do que acontecia com maior intensidade, tinham mais correspondentes do que existe agora, com mais regularidade e proximidade do que existe agora, porque nos falta jornalistas para o fazer. [...] Portanto do ponto de vista económico não existiam (entraves) porque existiam leitores [...] para entre ler uma realidade que, alguns órgãos de comunicação social, davam. Outros, puro e simplesmente, passavam a mensagem do regime e, portanto, havia essa dicotomia: os que viviam bem porque passavam a mensagem do regime; os outros porque passavam outra mensagem [...], que contavam a realidade, muitas vezes com linguagem em código, mas que conseguiam fugir às margens da censura, conseguiam ver publicadas notícias.

7a: Acredita que atualmente existe um excesso de liberdade a tomar conta dos meios de comunicação social, que tal maneira, sem haver uma "máquina de censura", ainda somos enganados quanto à realidade do mundo? Ou seja, se atualmente o facto de termos um excesso de liberdade não faz com que se crie condições propícias à expansão das chamadas "*fake news*".

JMM: *É uma grande pergunta porque há uma dicotomia entre as duas realidades. O que acontecia antes era a privação da circulação da informação, as pessoas não sabiam. Não lhes chegava. Agora há um outro problema, é que as pessoas sabem o que acontece e, sobretudo, nas redes sociais (têm) visões sobre aquilo que acontece e sobre o que não acontece. Eu diria, o que acontece hoje, não no universo do jornalismo, mas num universo à margem - e que*

por vezes acaba por toldar o próprio jornalismo – no universo das redes sociais, acontece uma realidade fictícia, ficcionada, servindo interesses que fica à margem daquilo que acontece. Essa realidade ficcionada, com interesses políticos, desportivos ou económicos, é passada como sendo a verdadeira. Parte de factos reais para dar uma visão errada deles. [...] As pessoas têm que ter consciência disto, para que não vivam condicionadas por uma ditadura, não da liberdade, mas dos que a usam para publicar coisas em que nós, indefesos, acreditamos [...].

APRENDAMOS COM A HISTÓRIA, PARA QUE NO FUTURO NÃO TENHAMOS A TENTAÇÃO (MESMO SEM SABER) DE A REPETIR.



AS PRIMEIRAS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS DEMOCRÁTICAS EM MAIS DE 40 ANOS!

Em consequência da aprovação e entrada em vigor da nova Constituição da República Portuguesa, iniciava-se também um novo capítulo no poder nacional e local.

Realizar-se-iam as primeiras eleições legislativas e autárquicas verdadeiramente democráticas na História do nosso país. As legislativas pela importância que tinham, em vir-se a formar o primeiro Governo Constitucional, e as autárquicas, referente aos órgãos do poder local, as câmaras municipais e as juntas de freguesia.

Desta forma, iniciava-se um novo capítulo.

Com o sucesso que tinham sido a organização das eleições de 1975, as eleições legislativas de 1976 não se deixaram ficar para trás, já se sabe, com uma taxa de participação inferior à registada no ano anterior. Mas nenhum mérito se retira à importância que esta representou. Representava o sucesso, o sucesso da Revolução dos Cravos, do compromisso assumido pelo MFA, o sucesso de que os deputados constituintes tinham cumprido a sua missão. Entrava-se finalmente, dois anos depois, em plena democracia.

Os resultados acabaram por dar a vitória ao PS de Mário Soares, tendo-se tornado este no primeiro primeiro-ministro do Portugal democrático!

Foram 5 os partidos que ganharam assento parlamentar nesta primeira legislatura: da direita para a esquerda sucessivamente foram, o CDS, com 42 deputados; o PPD com 73 deputados; o PS, com 107 deputados; a UDP com apenas 1 deputado eleito; e o PCP com 40 deputados.

Estavam assim representados os 4 partidos mais importantes e votados pelos portugueses. O PCP, forte opositor durante o Estado Novo cativou votos nas principais zonas industriais de Lisboa, Setúbal e Alentejo; o CDS que ganhara força pela sua ideologia de democracia cristã no interior Norte e Centro do país; e o PPD e o PS, principais partidos políticos que contavam com o apoio da larga maioria da população portuguesa, sendo respetivamente, um partido de centro-direita e o outro de centro-esquerda.

Os resultados do concelho de Sintra face a esta eleição, vieram demonstrar a tendência que já se verificava há um ano atrás, a de um apoio forte dos sintrenses ao Partido Socialista, apoiando de seguida o Partido Comunista.

Resultados eleitorais do concelho de Sintra nas eleições legislativas de 25 de Abril de 1976[24]: (tabela 2)

PARTIDOS POLÍTICOS[2]	Nº DE VOTOS VÁLIDOS
AOC	302
CDS	10 951
FSP	971
LCI	291
MÊS	664
MRPP	1 170
PCP	25 948
PCP (M-L)	503
PDC	403
PPD	15 673
PPM	421
PRT	158
PS	45 386
UDP	3 542
TOTAL:	**106 383**

AS PRIMEIRAS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS DEMOCRÁTICAS EM MAIS DE 40 ANOS!

Resultados eleitorais do concelho de Sintra nas eleições autárquicas de Dezembro de 1976[25]: (tabela 3)

PARTIDOS POLÍTICOS[4]	Nº DE VOTOS VÁLIDOS
CDS	9 165
FEPU	20 910
GDUPS	4 421
LCI	-
MRPP	1 267
PCP (M-L)	890
PPD/PSD	11 090
PPM	-
PRT	-
PS	33 286
TOTAL:	81 029

Uma grande vitória que pode ser retirada do sucesso da instauração da democracia em Portugal foi o início da descentralização de poder que se começou a verificar, e que se prolonga até aos nossos dias.

As eleições autárquicas isso o comprovaram, mostrando que existiria o poder local, que este era democraticamente eleito, e que representava as suas populações.

Foi isso que aconteceu no concelho de Sintra, e foi isso que aconteceu em cada concelho e freguesia deste país.

Desta forma, e seguindo os moldes que são utilizados até hoje, e do qual todos nós nos devemos orgulhar, que são a realização de eleições sem fraudes, livres e democráticas, realizaram-se as primeiras eleições autárquicas da nossa democracia, realizadas a 12 de Dezembro de 1976, tendo sido eleito como primeiro Presidente da Câmara de Sintra do regime democrático, o Sr. Júlio Batista dos Santos, pelo PS.

Infelizmente, nesta eleição registar-se-ia uma triste e estonteante alta taxa de abstenção, 35,43%, tendo havido, num universo de 130 041 eleitores, apenas 81 029 votos válidos.

Encontrava-se concluído, desta forma, as eleições para os poderes centrais e locais do nosso país.

Os habitantes de Sintra, como de todos os concelhos do país, a partir deste dia, perceberam e aprenderam que, caso não se encontrassem satisfeitos com os seus representantes, tanto da Assembleia da República como representantes locais, tinham o poder de escolher outros que os substituíssem.

SEMANÁRIO REGIONALISTA-INDEPENDENTE · DAS MAIORES TIRAGENS DE JORNAIS DA PROVÍNCIA

JORNAL DE SINTRA

ABRIL 26 1975

SAI AOS SABADOS

Director e Proprietário — ANTÓNIO MEDINA JÚNIOR

GALARDOADO PELA CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA COM A «MEDALHA DE OURO» DO CONCELHO

ANO 42.º — N.º 2128

Redacção e administração: Av.ª Heliodoro Salgado, 6 • Oficinas próprias: Sintra-Gráfica (Tip. Medina) — Av.ª Heliodoro Salgado, 6 • Telefone: P.P.C. 293 00 37 — SINTRA

Um ano de democracia em Portugal

Fez ontem precisamente um ano que, na histórica madrugada de 25 de Abril de 1974, foi instaurado o regime democrático que presentemente governa o nosso País.

Depois de o Rádio Clube Português haver radiodifundido GRÂNDOLA, VILA MORENA — a, agora, já célebre canção de José Afonso, que foi o sinal para o arranque revolucionário —, as tropas saíram dos seus aquartelamentos e num golpe que causou espanto a todo o Mundo derrubou, num ápice, o regime que há quarenta e oito anos impunha o seu poder ao povo lusitano e prendeu o presidente da República, o chefe do Governo e os seus ministros, que se encontravam reunidos no quartel do Carmo e haviam sido apanhados de surpresa, detendo, em seguida, gradas personalidades colaboradoras do regime deposto.

Instituída a Junta de Salvação Nacional, e esta, posteriormente, reforçada com a constituição do primeiro Governo Provisório e, pouco depois, com a constituição do Conselho de Estado, posteriormente extintos a Junta e o Conselho de Estado para darem lugar à instituição do Movimento das Forças Armadas, o Conselho da Revolução e à Assembleia dos Cidadãos.

O que depois se seguiu é igualmente do conhecimento de todos os portugueses: a constituição do segundo e do terceiro Governos Provisórios; a forçada demissão do ex-general António de Spínola das suas funções de chefe do Estado; a nomeação, para aquele alto cargo, do general Francisco da Costa Gomes e a promulgação de uma imensidade de diplomas sobre os mais variados aspectos da vida nacional, entre os quais avultam o direito à greve, à livre expressão de pensamento, de associação e reunião; legal constituição de partidos políticos; revisão da Concordata com a consequente rescisão da cláusula que tornava proibitivo o divórcio para quantos se houvessem consorciado ou viessem a consorciar-se catolicamente; a Lei de Imprensa; os saneamentos e, como corolário deste primeiro ano de arrazante actividade governativa, que não tem conhecido canseiras e se há caracterizado por um dinamismo invulgar, as nacionalizações da banca, dos seguros, dos transportes, das empresas produtoras e distribuidoras de energia eléctrica, da siderurgia e tantas outras de importância vital para a Nação.

Finalmente, conforme o prometido, a realização de eleições livres para a Assembleia Constituinte, que há-de proceder à elaboração e aprovação da futura constituição do País, eleições que ontem tiveram lugar e a que, evidentemente, não nos é possível fazer referência, quanto aos seus resultados, nesta nossa edição.

Muitas hão sido as dificuldades com que os governantes têm deparado, até mesmo porque o povo se há mostrado algo intolerante e incompreensivo, mas todas essas dificuldades hão sido vencidas com grande tacto e notável inteligência; até mesmo os lamentáveis golpes contra-revolucionários de 28 de Setembro do ano transacto e de 11 de Março do corrente ano foram prontamente dominados pelas forças armadas em íntima e eficaz colaboração com o povo.

Agora, concedida a independência às antigas colónias, extinta a desgastante guerra colonial que tantas vidas e tantos milhares de contos custou ao País; estabelecidas e restabelecidas relações diplomáticas com a quase totalidade das nações do Mundo, é a escalada para o futuro, um futuro que todos os bons portugueses desejam, para si e para os seus descendentes, seja livre e digno.

VIVA PORTUGAL!
VIVA A DEMOCRACIA!
VIVA A LIBERDADE!

SEMANÁRIO REGIONALISTA-INDEPENDENTE · DAS MAIORES TIRAGENS DE JORNAIS DA PROVÍNCIA

JORNAL DE SINTRA

MAIO 3 1975

SAI AOS SABADOS

Director e Proprietário — ANTÓNIO MEDINA JÚNIOR

GALARDOADO PELA CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA COM A «MEDALHA DE OURO» DO CONCELHO

ANO 42.º — N.º 2129

Redacção e administração: Av.ª Heliodoro Salgado, 6 • Oficinas próprias: Sintra-Gráfica (Tip. Medina) — Av.ª Heliodoro Salgado, 6 • Telefone: P.P.C. 293 00 37 — SINTRA

...E o Movimento das Forças Armadas cumpriu a sua palavra!

O Povo apontou à via socialista

Com uma concorrência às urnas verdadeiramente invulgar, realizaram-se, no passado dia 25 de Abril, as anunciadas eleições dos deputados que hão-de formar a futura Assembleia Constituinte, a qual terá a seu cargo a importantíssima e delicadíssima missão de elaborar e aprovar a futura Constituição do País.

Consolador, vivificante e altamente significativo, o clima de calma, compreensão, aprumo e civismo como decorreu o acto eleitoral, que «aves agoirentas» anunciavam que se desenvolveria com numerosos acidentes, os quais, afinal, se resumiram a um ou outro episódio de «boicote», sem consequências de maior e que as forças militares prontamente dominaram.

Bichas, intermináveis, de eleitores se formaram em todas as assembleias de voto, constituídas por eleitores de ambos os sexos e de todas as idades, notando-se, entre eles, milhares de indivíduos, homens e mulheres, situados na terceira idade e, até, inválidos e diminuídos físicos, que os bombeiros, municipais e voluntários, transportaram às secções de voto para que não ficassem privados do seu direito e do seu dever de votar.

Em todos esses eleitores, um semblante feliz, próprio de quem, ao cabo de meio século de forçado silenciamento, pôde livremente expressar a sua opinião e a sua vontade.

«Até que enfim», «finalmente podemos...», «já não era sem tempo», foram expressões que a todo o momento se ouviram numa euforia sem limites.

Falou o Povo, através o seu voto livremente expresso.

Porque o nosso jornal, por motivo do feriado nacional do dia 1 de Maio, teve de entrar na máquina com alguns dias de antecedência, não nos é possível referir os resultados finais do escrutínio nacional.

Uma coisa, porém, é certa: com a vitória eleitoral do Partido Socialista Português, o País ultrapassou, clara e insofismavelmente, a sua firme determinação de caminhar para uma via socialista.

Longo — e árduo — é, ainda, o caminho a percorrer, no sentido do esclarecimento e da politização do nosso Povo. Ele tem, todavia, que ser percorrido e, nessa caminhada para o futuro, não podem ser consentidas interrupções.

Resta saber, agora, como o partido vitorioso nas eleições aproveitará e utilizará o seu triunfo. Isso é, por enquanto, um enigma.

Confiemos, porém, no bom senso e no patriotismo dos seus dirigentes que, pelo menos a julgar pelas suas afirmações durante a campanha eleitoral, se encontram — conscientes das presentes realidades do País — dispostos a respeitar a sagrada e indispensável aliança Povo-Forças Armadas, garante de uma unidade que não pode ser quebrada sem risco de se perder as liberdades conquistadas na histórica e redentora madrugada de 25 de Abril de 1974.

O Povo assim, confiadamente, aguarda o futuro, desejoso de paz, de trabalho, de tranquilidade e de possível reconciliação nacional.

Que os dirigentes do partido político que obteve a maioria dos votos dos eleitores portugueses não os desiludam, eis quanto há a desejar.

A DESCOBERTA DE UM NOVO RUMO – O CAMINHO PARA A EUROPA

E tinham também o poder de participar ativamente nos assuntos públicos do Estado, pois como vem escrito no Art.48º, Ponto 2 da Constituição da República Portuguesa, "*Todos os cidadãos têm o direito de ser esclarecidos objetivamente sobre atos do Estado e demais entidades públicas e de ser informados pelo Governo e outras autoridades acerca da gestão dos assuntos públicos*" [26].

A DESCOBERTA DE UM NOVO RUMO – O CAMINHO PARA A EUROPA

A Revolução do 25 de Abril teve uma grande significância para o país, tanto a nível nacional como no plano internacional. Realizaram-se várias conquistas que enalteceram o nível de democraticidade no país, como a realização das primeiras eleições universais e livres que, como já cobrimos, registaram uma elevada participação por parte da população portuguesa.

Tais feitos fortaleceram o Estado de Direito Democrático de Portugal e solidificaram o desvio do país de um passado marcado pela tirania, pela repressão e a má qualidade de vida. Foi precisamente por este motivo, que Portugal começou a recuperar o seu lugar no palco diplomático internacional, pois quanto mais se distanciava do passado sombrio, também mais se afastava da política salazarista do "*orgulhosamente sós*".

Assim visando quebrar a política do passado, em 1977, o I Governo Constitucional Português, liderado por Mário Soares, quis proporcionar uma melhor qualidade de vida para os portugueses e, acima de tudo, garantir uma democracia aprofundada e abrigada de golpes militares, por isso, enviou um pedido de adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE), que na época ainda era um projeto com apenas 26 anos e 9 Estados-membros.

No entanto, esse projeto procurava expandir os seus horizontes e nós, portugueses, ambicionávamos virar a página na História e dar começo a um novo capítulo nela.

Após 8 anos de negociações complexas entre o Governo português e a Comunidade Europeia, no dia 12 de junho de 1985, o então Primeiro-Ministro Mário Soares ratificou no Mosteiro dos Jerónimos, em Lisboa, o Tratado de Adesão, que aprovou a integração de Portugal na CEE. Seis meses depois, a 1 de Janeiro de 1986, os Portugueses, juntamente com os seus irmãos ibéricos, os Espanhóis, entravam oficialmente na Comunidade como Estados-membro.

Fiquemos com uma entrevista realizada a um cidadão de Sintra, Pedro Gaspar, que nos dá o seu testemunho do que foi, enquanto jovem na altura, experienciar este momento tão importante da História Portuguesa. Sendo atualmente Chefe do Grupo 178 da Associação Escoteiros de Portugal, que têm a sua sede na freguesia de Rio de Mouro, Sintra, procura transmitir aos jovens que por este Grupo passam a herança que Abril deu e as oportunidades que a "Europa Unida" trouxeram.

"1ª: Desde a integração oficial de Portugal à CEE (atual UE) em 1986, o País tem beneficiado muito das ajudas financeiras de Bruxelas. Através dos Fundo Estruturais, fomos capazes de efetuar melhorias às infraestruturas existentes ou construir novas, de melhorar a acessibilidade entre as várias cidades portuguesas e também com o resto da Europa. Como residente do concelho de Sintra há já tantos anos, quais para si foram as principais transformações, a nível de infraestruturas e equipamentos coletivos, mais significativas para o bem-estar da população sintrense?

PG: *Falando exclusivamente do concelho de Sintra, nota-se uma grande melhoria em termos de infraestruturas em prol da sociedade. Embora eu tenha nascido no Bairro da Tabaqueira, na freguesia de Rio de Mouro, e vendo pelos olhos do jovem que era naquela altura, o grande "boom" que se notou foi em infraestruturas escolares e desportivas. Apareceram igualmente os primeiros centros comerciais com cinemas e as chamadas lojas "estrangeiras", pois éramos um país muito limitado, e qualquer cenário novo era motivo de grande admiração. Considero também que existiu um grande desenvolvimento das vias rodoviárias e ferroviárias, pois Portugal era um país muito carente nessa vertente.*

No entanto continuo a achar que as juntas de freguesia, naqueles anos, não souberam aproveitar em pleno os dinheiros recebidos. É certo que éramos um país pobre e sem

capacidade de pensar, por isso toda aquela "maquia" de dinheiro acabou por não ser bem aproveitada e utilizada pelo erário público.

2ª: Recordando o seu tempo de infância, ainda durante a instauração do regime democrático no país, qual considera ser a principal diferença entre a população sintrense de há 40 anos atrás face à atual?

PG: *A grande diferença foi mesmo o acesso à informação. O país era fechado sobre si mesmo e o acesso à informação era muito limitado e controlado. Como tal havia uma grande percentagem de analfabetos, mas com a posterior escolaridade obrigatória, o desenvolvimento das famílias urbanas em Sintra, e o maior acesso ao ensino superior fez com que toda a população "evolui-se" bastante. Em termos escolares, houve o aparecimento de mais*

termos escolares, houve o aparecimento de mais escolas e pavilhões desportivos escolares, e nesse aspeto houve um grande retorno para o país, que foi os resultados que apareceram nos anos 90 no andebol, futebol, futsal e atletismo, tudo fruto da grande aposta que se fez no desporto escolar.

3ª: Qual foi o sentimento que sentiu aquando da entrada de Portugal na CEE, visto sermos na altura uma democracia recente?

PG: *O sentimento na altura era de grande expetativa, por um lado ouvia-se falar do grande desenvolvimento que o país podia ter por causa dos fundos europeus, mas também havia o receio da perda de autonomia em relação às tomadas de decisão do poder nacional. Mas penso que a maioria da população era de acordo com a entrada, pois éramos tão "atrasados" que qualquer coisa que nos surgisse era sempre para evoluir do estado em que estávamos. Faz me lembrar uma frase de Salgueiro Maia, que disse aos seus militares no 25 de Abril: "Havia três tipos de Estado…o Estado Democrático, o Estado Ditatorial e o Estado a que tínhamos chegado".*

4ª: Enquanto jovem em pleno ano de 1986, com a entrada na Comunidade Europeia, sentiu que uma nova porta de oportunidades estava a ser aberta para que alcançasse um maior sucesso na sua vida?

R: *Em 1986 as expetativas eram muitas, mas não havia certezas. Passados uns anos sim, notou-se que essa geração podia aproveitar, pois, por exemplo, começaram a aparecer os cursos com apoios comunitários, onde muitos jovens beneficiaram desses* cursos mais técnicos/práticos de modo a dar um rumo mais consistente nas suas vidas.

5ª: Observando o presente, e perspetivando o seu passado em Sintra, considera que o 25 de Abril de 1974 e a sua posterior transição política, bem como a entrada na CEE 12 anos depois, veio trazer a evolução ao nosso país e à nossa região?

PG: *Sem sombra de dúvidas que a nossa sociedade evoluiu nesse espaço de 12 anos, embora ache que, nem num momento nem no outro, tenhamos devidamente aproveitado na sua plenitude. Dou-vos o seguinte exemplo: no Estado Novo as famílias tinham a tradição de ter poupanças no caso de virem tempos difíceis, mas com a entrada para a CEE, e com a vinda dos mercados especulativos, o acesso facilitado ao crédito, entre outros, levou as famílias a deixar de fazer essas poupanças e até algumas a endividarem-se!*

Em relação aos setores produtivos, por exemplo, lembro-me que se deixou de apostar nas pescas e na agricultura, que eram setores onde ainda grande parte da população trabalhava. Esta desaposta em muito se deveu aos grandes lobbies franceses e alemães, que forçaram a que se apostasse mais nos serviços, daí achar que perdemos uma grande oportunidade de desenvolver estes setores mais tradicionais.

Em termos do 25 de Abril, eu não vejo qualquer lado negativo, bem antes pelo contrário, o que o 25 de Abril criou em nós, foi a capacidade de fazer-nos pensar, planear e debater. Éramos, e acho que ainda temos um pouco disso, um povo que gosta que haja poder que pense decida por ele, mas, quando algo corre mal, está lá logo para colocar as culpas no sistema ou no Governo. Devíamos sim, ser mais proativos no poder e decidir e agir, e também assumirmos o erro das nossas decisões."

Portugal é hoje uma nação livre, democrática, inspiradora. A entrada para a Comunidade Europeia veio ajudar à infiltração destes valores tão preciosos no nosso país. Tudo depende de nós próprios para que assim continue. Como afirmou Jean Monnet, um dos pais da União Europeia:

"*Only the people can change and enrich things in the institutions and transmit them to futures generations"*[27]

"Só as pessoas podem mudar e enriquecer as coisas nas instituições e transmiti-las às gerações futuras".

podcasts.

ENTREVISTAS COM O PASSADO

Falar com o presente tem as suas vantagens. Mas quantas vezes tentámos falar com algumas figuras do passado? Poucas. E quantas vezes as ouvimos falar, sem ser em direto para uma Televisão Nacional?

Pois é! É aqui que surgem os podcasts sobre o passado em que figuras do passado português falam com a Gazeta da Revolução e “nos contam” como foi o passado de um período específico da história de Portugal: “A Assembleia Constituinte”.

Portanto, ao invés de boas leituras, **bons ouvidos!!**

Todos os testemunhos dos deputados constituintes presentes no segmento das "Entrevistas com o Passado" foram extraídos do website "https://www.parlamento.pt/Parlamento/Paginas/45-anos-Assembleia-Constituinte.aspx" e editados para criar a ilusão de uma entrevista.

PARA OUVIR, CLIQUE NA IMAGEM

SOUNDCLOUD

A plataforma *“SoundCloud”* não patrocina, nem faz parte integrante do projeto. Apenas serve de ligação para a partilha de conteúdos livres e gratuitos.

VÍDEO-RESUMO SOBRE O 25 DE ABRIL DE 1974

PARA VER, CLIQUE NA IMAGEM

YouTube

A plataforma *"YouTube"* não patrocina, nem faz parte integrante do projeto. Apenas serve de ligação para a partilha de conteúdos livres e gratuitos.

A transição política no meu País, após o Golpe de Estado do 25 de Abril de 1974, revelou-se um processo com uma enorme conturbação sociopolítica. Num primeiro momento, não houve união entre o povo português quanto ao rumo a tomar, sendo que as diversas regiões do território nacional pareciam se reger por diferentes planos políticos. Havia uma dicotomia no espectro político e territorial: no Norte, na época, havia um maior protagonismo da política de direita; no Centro e Sul, predominavam as políticas de esquerda.

No entanto, se há algo que eu reparo com este trabalho, é que após 48 anos de ditadura, o povo português punha-se todo por trás de uma ideia: de se fazerem ser ouvidos após o silencio que lhes fora imposto durante tanto tempo.

Acredito, verdadeiramente, que foi por compreenderem o sentimento da falta da liberdade, que todos foram capazes de, no dia 25 de Abril de 1975, se ordenar civicamente e se fazerem ser ouvidos através do sufrágio. Ou seja, a partir do momento em que os Portugueses se organizaram e participaram como um coletivo para participar neste ato democrático, o País começou o seu caminho para um futuro próspero, do ponto de vista democrático.

A transição do meu País para um regime democrático é realmente um episódio na História repleta de momentos intensos. É importante que as gerações do pós-Abril, saibam e entendam o que custou às gerações do passado para fazer erguer Portugal como o hoje conhecemos. Não deverão ser atos que caiam no esquecimento. É importante recordar o passado pois, de hoje para amanhã, nada nos garante que a nossa democracia perpetue de forma vitalícia.

Temos que nos lembrar do Passado, pois ele será sempre relevante para o nosso Presente. Um episódio como o 25 de Abril nunca será um momento isolado na História. Temos que compreender que toda História é complexa e está toda interligada e cada momento impulsiona o próximo. A História é uno.

Recordar o que aconteceu. Compreender o porquê. Honrar esse legado que nos é deixado ao viver em liberdade, sabendo usufruí-la e nunca a tomando por garantido.

É neste sentido que me sinto orgulhoso e grato pelo contributo das gerações antecedentes, que me possibilitam viver na paz e liberdade que me rodeiam. Apercebi-me, através de pesquisa e através de conversas com figuras associadas à Revolução, como o Coronel Vasco Lourenço, as condições miseráveis e degradantes em que a população sintrense e de qualquer outro concelho do País vivia. Portanto, valorizo muito mais o meio que me rodeia, as diversas infraestruturas, equipamentos coletivos e serviços que proporcionam um bem-estar, que antigamente não existiam. Hoje em dia, a grande maioria da população portuguesa vive em condições privilegiadas e tem, desde muito cedo, as bases para construir uma boa vida para si. O mesmo não pode ser dito em relação às populações que viveram na Ditadura Salazarista e Marcelista.

conclusão.

Como um jovem, estudar a Revolução de Abril é sempre um prazer. O processo da transição política em Portugal, entre 1974 e 1976, não decorreu sem os seus obstáculos, como já pudemos constatar com este trabalho, contudo, serviu e continua a servir a sua utilidade. Na época, as nossas dificuldades serviram como um exemplo para o nosso país vizinho e irmão, Espanha, que, em 1975, saia da Ditadura Franquista, tomando depois Portugal por exemplo para saber como efetuar uma transição mais suave para a democracia. Na atualidade, tanto Espanha como Portugal, ou qualquer outro país neste Mundo, não deseja retornar a um momento onde as nossas liberdades são postas em causa e violadas.

Aprendi no processo deste trabalho a não olhar para uma determinada ideologia partidária e criticá-la apenas porque, nos países onde essa ideologia subiu ao poder, não resultou. Realizei que tenho que estudar e estar sempre informado daquilo ao qual eu me oponho para que isso não se transponha para a realidade. Creio que isto é uma excelente aprendizagem para retirar deste trabalho, que, num momento de conturbação sociopolítica, Portugal poderia facilmente ter caído para os braços do Partido Comunista.

Como tal, antes de dizer que isto teria sido uma coisa má, tenho mesmo que compreender o porquê, pois cada partido político rege-se por uma determinada ideologia. Neste momento, no meu País, vivemos numa era em que o Comunismo não se destaca no panorama político, sinceramente a extrema-direita é que tem vindo a acumular protagonismo nos últimos meses, mas isso não implica que não possa ressurgir e se tornar numa verdadeira ameaça para a minha pátria. Eu não quero viver numa “democracia popular”, onde não existe pluralidade democrática ou representatividade do povo. Para tal, tenho que estar informado e saber argumentar contra, pois aqueles que são dotados com uma boa capacidade oratória, podem muito bem aproveitar-se dela para espalhar o mal. O meu papel, como cidadão, é estar à alerta dessas figuras, que incitam o populismo e desejam se apoderar do povo para depois impor as suas ideias.

Tenho que permanecer sempre alerto aos eventos que rodeiam a minha realidade atual. Isso é a principal conclusão que eu retiro de estudar História. Desempenhar o meu papel de cidadania ativamente e com responsabilidade para que os momentos obscuros do passado não se repitam.

1 Jornal Tornado. 28 de setembro de 1974. Disponível em: https://www.jornaltornado.pt/28-setembro-1974/

2 DRE. Lei 5/75. Disponível em https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/317346/details/maximized

3 Lei nº5/75 – 14 de Março, 1975

4 O *Conselho da Revolução* era composto por 24 elementos: Costa Gomes (PR e CEMGFA); Pinheiro de Azevedo (CEMA); Carlos Fabião (CEME); Mendes Dias (CEMFA); Otelo Saraiva de Carvalho (COPCON); Franco Charais, Canto e Castro, Almada Contreiras, Pereira Pinto, Pinto Soares, Miguel Judas, Vasco Lourenço (estes 7, pertencentes à Comissão Coordenadora do MFA); Rosa Coutinho, Pinho Freire, Lopes Pires; Vasco Gonçalves (1ºMinistro); Martins Guerreiro, Costa Neves, Sousa e Castro, Ramiro Correia, Graça Cunha, Ferreira de Sousa, Pezarat Correia e Ferreira de Macedo (estes 8, designados pelo MFA).

5 Miranda, Jorge (2015). Da Revolução à Constituição – Memórias da Assembleia Constituinte. Principia, p.94

6 Miranda, Jorge (2015). Da Revolução à Constituição – Memórias da Assembleia Constituinte. Principia, p.101

7 Diário de Notícias (2016): Eleições de 25 de Abril de 1975. Disponível em: https://www.dn.pt/media/eleicoes-de-25-de-abril-de-1975-5340507.html

8 PORDATA: População residente segundo os censos. Disponível em: https://www.pordata.pt/Municipios/População+residente+segundo+os+Censos+total+e+por+grandes+grupos+etários-22

9 Universidade de Coimbra. Documento dos Nove. Disponível em: http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=poderpol12

10 Universidade de Coimbra. Documento dos Nove. Disponível em: http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=poderpol12

11 Miranda, Jorge (2015). Da Revolução à Constituição – Memórias da Assembleia Constituinte. Principia, p.202

12 Miranda, Jorge (2015). Da Revolução à Constituição – Memórias da Assembleia Constituinte. Principia, p.205

13 http://www.cd25a.uc.pt/index.php?r=site/page&view=itempage&p=590&verGaleria=1

14 Miranda, Jorge (2015). Da Revolução à Constituição – Memórias da Assembleia Constituinte. Principia, p.235

15 Miranda, Jorge (2015). Da Revolução à Constituição – Memórias da Assembleia Constituinte. Principia, p.236

16 António José Telo, 2007 - História Contemporânea de Portugal, vol. I, Lisboa, Ed. Presença

17 Miranda, Jorge (2015). Da Revolução à Constituição – Memórias da Assembleia Constituinte. Principia, p.275

18 Parlamento. Revisões Constitucionais. Disponível em: https://www.parlamento.pt/RevisoesConstitucionais/Paginas/default.aspx

19 Couto, C. P., & Rosas, M. M. (2019). Um novo Tempo da História. Porto: Porto Editora, p. 138

20 Miranda, Jorge (2015). Da Revolução à Constituição – Memória da Assembleia Constituinte. Principia, p.275

21 Jornal de Sintra. História Local. Disponível em: http://www.jornaldesintra.com/2014/04/historia-local-o-25-de-abril-em-sintra-2/

22 Jornal de Sintra. História Local. Disponível em: http://www.jornaldesintra.com/2014/04/historia-local-o-25-de-abril-em-sintra-2/

23 Jornal de Sintra. História Local. Disponível em: http://www.jornaldesintra.com/2014/04/historia-local-o-25-de-abril-em-sintra-2/

24 Pordata. Dados disponíveis no site da PORDATA: https://www.pordata.pt/Municipios/Votos+válidos+na+eleição+para+a+Assembleia+da+República+de+1976+total+e+por+partido+político+ou+coligação-668 Os significados das abreviaturas encontram-se no devido capítulo das abreviaturas no início do trabalho.

25 Pordata. Dados disponíveis no site da PORDATA: https://www.pordata.pt/Municipios/Votos+válidos+nas+eleições+para+as+Câmaras+Municipais+de+1976+total+e+por+partido+político+ou+coligação-640 Os significados das abreviaturas encontram-se no devido capítulo das abreviaturas no início do trabalho.

26 ARTIGO 48, PONTO 2 CRP

27 Monnet, Jean (2015). Memoirs.

Alagamares (2020): Os presidentes da Câmara de Sintra de 1958 até hoje. Disponível em: https://www.alagamares.com/os-presidentes-da-camara-de-sintra/ (Consultado a 9 de agosto de 2020)

Assembleia Constituinte (1976): *Constituição da República Portuguesa*. Disponível em: https://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/CRP1976.pdf (Consultado a 10 de agosto de 2020)

BASE DE DADOS JURÍDICA (2010). *Constituição da República Portuguesa*. Coimbra: EDIÇÕES ALMEDINA (Consultado a 11 de agosto de 2020)

Caminhos da Memória (2010): 11 de Março de 1975. Disponível em: https://caminhosdamemoria.wordpress.com/2010/03/11/11-de-marco-de-1975/ (Consultado a 1 de agosto de 2020)

CASA COMUM: FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES (1977). *Ainda os Incidentes do 1º. de Maio, 02.MAI.1975*. Disponível em: http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04288.007#!3 (Consultado a 8 de agosto de 2020)

CASA COMUM: FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES (1977). *Os Incidentes do 1.º de Maio, 01.MAI.1975*. Disponível em: http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04288.007#!3 (Consultado a 5 de agosto de 2020)

Centro de Documentação 25 de Abril: Universidade de Coimbra (2012). *MFA MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO DO POVO PORTUGUÊS.* Disponível *em:* http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=poderpol12 (Consultado a 7 de agosto de 2020)

Centro de Documentação 25 de Abril: Universidade de Coimbra (2012). *"Plataforma do acordo constitucional com os Partidos Políticos".* Disponível *em:* http://www.cd25a.uc.pt/index.php?r=site/page&view=itempage&p=582&verGaleria=1 (Consultado a 6 de agosto de 2020)

Centro de Documentação 25 de Abril: Universidade de Coimbra (2012). *"Documento dos Nove".* Disponível *em:* http://www.cd25a.uc.pt/index.php?r=site/page&view=itempage&p=590&verGaleria=1 (Consultado a 7 de agosto de 2020)

Centro de Documentação 25 de Abril: Universidade de Coimbra (2012). *Relatório preliminar / Conselho da Revolução.* Disponível *em:* http://www.cd25a.uc.pt/index.php?r=site/page&view=itempage&p=606 (Consultado a 9 de agosto de 2020)

Centro de Documentação 25 de Abril: Universidade de Coimbra (2012). "*25 de Novembro: quantos golpes afinal?".* Disponível *em:* http://www.cd25a.uc.pt/index.php?r=site/page&view=itempage&p=1557 (Consultado a 10 de agosto de 2020)

Centro de Documentação 25 de Abril: Universidade de Coimbra (2012). *"Programa do M.F.A.".* Disponível *em:* http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/docs25a/MFA1-1.HTM (Consultado a 12 de agosto de 2020)

Centro de Formação da Associação de Escolas de Sintra (2016). *O Exército e as primeiras eleições democráticas (1975 e 1976).* Disponível em: https://youtu.be/Dbmvy2dVey0?t=451 (Consultado a 11 de agosto de 2020)

CfaeSintra (2016): Roteiro didático e pedagógico-o 25 de Abril em Lisboa. Disponível em: https://cfaesintra.wordpress.com/formacao/roteiro-didatico-e-pedagogico-o-25-de-abril-em-lisboa-reportagem/ (Consultado a 18 de agosto de 2020)

Comissão Nacional de Eleições (1982). *PRIMEIRA REVISÃO DA CONSTITUIÇÃO*. Disponível em: http://www.cne.pt/sites/default/files/dl/crp_1982.pdf (Consultado a 11 de agosto de 2020)

Comissão Nacional de Eleições (1989). *SEGUNDA REVISÃO DA CONSTITUIÇÃO*. Disponível em:

http://www.cne.pt/sites/default/files/dl/crp_1989.pdf (Consultado a 11 de agosto de 2020)

CUNHAL, Álvaro (1999). *A verdade e a mentira na Revolução de Abril: A contra-revolução confessa-se*. Lisboa: Editorial "Avante!" (Consultado a 11 de agosto de 2020)

DE CARA AO VENTO… (2007): *28 DE SETEMBRO DE 1974 NA HISTÓRIA DO «PREC»*. Disponível em: https://passamos_como_o-rio.blogs.sapo.pt/97334.html (Consultado a 18 de julho de 2020)

Diário de Notícias (2016): Eleições de 25 de Abril de 1975. Disponível em: https://www.dn.pt/media/eleicoes-de-25-de-abril-de-1975-5340507.html (Consultado a 5 de agosto de 2020)

do Couto, C. P., & Rosas, M. M. (2019). Um novo Tempo da História Parte II. Porto: Porto Editora, p. 138 (Consultado a 11 de agosto de 2020)

Ephemera (2015): Manifestação de apoio ao General Spínola. Disponível em: https://ephemerajpp.com/2015/10/17/mmateriais-de-propaganda-politica-134-manifestacao-de-apoio-ao-general-spinola-828-de-setembro-de-1974/ (Consultado a 10 de agosto de 2020)

Estórias da História (2020): O 11 de Março de 1975. Disponível em: http://estoriasdahistoria12.blogspot.com/2020/03/o-11-de-marco-de-1975.html (Consultado a 1 de agosto de 2020)

Expresso (1975): Guerra de cartazes marca as primeiras horas de campanha. Disponível em: https://expresso.pt/blogues/blogue_a_caminho_da_constituio/guerra-de-cartazes-marca-as-primeiras-horas-de-campanha=f918376 (Consultado a 15 de junho de 2020)

Expresso (1975): O MFA consagra a opção socialista da revolução. Disponível em: https://expresso.pt/blogues/blogue_a_caminho_da_constituio/o-mfa-consagra-a-opcao-socialista-da-revolucao=f918644 (Consultado a 30 de julho de 2020)

FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES: Arquivo & Biblioteca (1975). *Reconhecimento da Intersindical.* Disponível em: http://www.fmsoares.pt/aeb/crono/id?id=037441 (Consultado a 5 de agosto de 2020)

FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES: Arquivo & Biblioteca (1975). *Unicidade Sindical.* Disponível em: http://www.fmsoares.pt/aeb/crono/id?id=040849 (Consultado a 5 de agosto de 2020)

Grupo 400 (2011): Portugal no Estado Novo. Disponível em: https://grupo400.webnode.pt/banco-de-imagens/ (Consultado a 30 de julho de 2020)

História das Transmissões Militares (2016). *As Eleições para a Assembleia Constituinte (1975) – Parte 1*. Disponível em: https://historiadastransmissoes.wordpress.com/tag/ept/ (Consultado a 12 de agosto de 2020)

http://app.parlamento.pt/Constitucionalismo/OEstadoDemocratico/estadodemocratico7.html - Fig. 6 - Cartaz do PCP da campanha eleitoral de 1975. (Consultado a 11 de agosto de 2020)

http://ruipaivagoncalves.blogspot.com/2013/12/cartazes-ppd-partido-popular-democrata.html – Fig. 8 – Cartaz do PPD da campanha eleitoral de 75 (Consultado a 9 de agosto de 2020)

http://vanessagabrielsimoes.blogspot.com/2009/11/constituicao-de-1976.html - Fig. 5 - Cartaz alusivo ao Art.º2 da Constituição Portuguesa de 1976. (Consultado a 9 de agosto de 2020)

http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/72715/ - Fig. 2 – Estádio 1.º de Maio (Consultado a 9 de agosto de 2020)

https://media.rtp.pt/eleicoeslivres40anos/tempo-de-antena/ - Fig. 7 – Cartaz do PS da campanha eleitoral de 75. (Consultado a 9 de agosto de 2020)

https://media.rtp.pt/memoriasdarevolucao/acontecimento/incidentes-entre-o-pcp-e-o-ps-no-1o-de-maio/ - Fig. 3 - Imagens do 1.º de Maio, 1975. (Consultado a 9 de agosto de 2020)

https://www.parlamento.pt/RevisoesConstitucionais/Paginas/default.aspx - Fig. 4 – Imagem da capa da Constituição da República Portuguesa, versão original. (Consultado a 9 de agosto de 2020)

Hypotheses (2020): 25 de Abril e a arte saiu à rua. Disponível em: https://amusearte.hypotheses.org/6492 (Consultado a 14 de agosto de 2020)

Infopédia (2003-2020): Estado Novo. Disponível em: https://www.infopedia.pt/$estado-novo (Consultado a 30 de julho de 2020)

Jornal de Notícias: Os Resultados das Autárquicas. Disponível em: https://www.jn.pt/nacional/reportagens/os-resultados-das-autarquicas-desde-1976-8784800.html (Consultado a 7 de agosto de 2020)

Jornal Online Tornado (2016): O 28 de Setembro de 1974. Disponível em: https://www.jornaltornado.pt/28-setembro-1974/ (Consultado a 31 de julho de 2020)

Legislação: Diário da República Eletrónico (1974). *Decreto-Lei n.º 746/74*. Disponível em: https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/372638/details/normal?q=746%2F74 (Consultado a 12 de agosto de 2020)

Legislação: Diário da República Eletrónico (1975). *Decreto-Lei n.º 215-A/75*. Disponível em: https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/345088/details/normal?q=215-A%2F75 (Consultado a 5 de agosto de 2020)

Lux (2018). *Galeria*. Disponível em: https://www.lux.iol.pt/html_galerias.html?gal_id=5423f3233004be7459af6db8 (Consultado a 11 de agosto de 2020).

Mar Revolto (2016): 40 anos da Constituição da República Portuguesa. Disponível em: https://marevolto.blogs.sapo.pt/40-anos-da-constituicao-da-republica-51232 (Consultado a 13 de agosto de 2020)

Memórias da Revolução: Rádio e Televisão de Portugal (2015). *DOCUMENTO DOS NOVE.* Disponível em: https://media.rtp.pt/memoriasdarevolucao/acontecimento/documento-dos-nove/ (Consultado a 7 de agosto de 2020)

Memórias da Revolução: Rádio e Televisão de Portugal (2015). *INCIDENTES ENTRE O PCP E O PS NO 1º DE MAIO.* Disponível em: https://media.rtp.pt/memoriasdarevolucao/acontecimento/incidentes-entre-o-pcp-e-o-ps-no-1o-de-maio/ (Consultado a 5 de agosto de 2020)

Memórias da Revolução: Rádio e Televisão de Portugal (2015). *O DESENCADEAR DO 25 DE NOVEMBRO*. Disponível em: https://media.rtp.pt/memoriasdarevolucao/acontecimento/o-desencadear-do-25-de-novembro/ (Consultado a 9 de agosto de 2020)

MIRANDA, Jorge – Da Revolução à Constituição, Memórias da Assembleia Constituinte. Principia, 2015. (Consultado a 9 de agosto de 2020)

Notícias aos Minuto. Morreu o último dos 4 pais da democracia - sejamos honestos. (Consultado a 11 de agosto de 2020). https://www.noticiasaominuto.com/pais/1336437/morreu-o-ultimo-dos-4-pais-da-democracia-sejamos-honestos (Consultado a 10 de agosto de 2020).

O Caso República (1997). *Caso República: resumo.* Disponível em: https://www.eusou.com/republica/crep.html (Consultado a 6 de agosto de 2020)

O Caso República (1997). *Documentos - Cronologias: 19 de maio de 1975.* Disponível em: https://www.eusou.com/republica/cron1.html (Consultado a 6 de agosto de 2020)

O Caso República (1997). *Documentos – Outras posições: Lei de imprensa.* Disponível em: https://www.eusou.com/republica/limprensa.html (Consultado a 6 de agosto de 2020)

O Caso República (1997). *Documentos – Outras posições: Posição assumida pelo Ministério da Comunicação Social no dia 20 de Maio de 1975.* Disponível em: https://www.eusou.com/republica/commin.html (Consultado a 6 de agosto de 2020)

O Leme Magazine: Aconteceu a 30 de Setembro de 1974. Disponível em: https://www.jornaltornado.pt/28-setembro-1974/ (Consultado a 31 de julho de 1974)

Observador (2014): Os 40 anos da manifestação que virou o 25 de Abril. Disponível em: https://observador.pt/especiais/maioria-silenciosa/ (Consultado a 18 de julho de 2020)

Observador: Os 40 anos da manifestação que virou o 25 de Abril. Disponível em: *https://observador.pt/especiais/maioria-silenciosa/* (Consultado a 26 de julho de 2020)

Papeis (2009): 25 de Abril – Dia da Liberdade. Disponível em: https://papeis.blogs.sapo.pt/95590.html (Consultado a 19 de agosto de 2020)

Parlamento: Boletim da Assembleia da República COMUNICAR – Peça do mês. Disponível em: http://app.parlamento.pt/comunicar/Artigo.aspx?ID=1395 (Consultado a 30 de julho de 2020)

Parlamento: Boletim da Assembleia da República COMUNICAR. Disponível em: http://app.parlamento.pt/comunicar/V1/202006/64/index.html (Consultado a 25 de julho de 2020)

Parlamento: Constituinte – 45 anos. Disponível em: https://www.parlamento.pt/Parlamento/Paginas/45-anos-Assembleia-Constituinte.aspx (Consultado a 25 de julho de 2020)

Passamos como o rio (2007): 28 de Setembro de 1974 na história do PREC. Disponível em: *https://passamos_como_o-rio.blogs.sapo.pt/97334.html* (Consultado a 20 de agosto de 2020)

PORDATA: Votos válidos nas eleições para as Câmaras Municipais de 1976. Disponível em:https://www.pordata.pt/Municipios/Votos+válidos+nas+eleições+para+as+Câmaras+Municipais+de+1976+total+e+por+partido+político+ou+coligação-640 (Consultado a 12 de agosto de 2020)

RTP Arquivos (2015). *Eleições para a Assembleia Constituinte*. Disponível em: https://arquivos.rtp.pt/conteudos/eleicoes-para-a-assembleia-constituinte/ (Consultado a 9 de agosto de 2020)

Sintra. O lugar da liberdade: Acontecimentos depois de abril. Disponível em: https://25abril.sintra.pt/apos-o-25-de-abril/abril-75 (Consultado a 21 de agosto de 2020)

Vecteezy. Icone. https://pt.vecteezy.com/arte-vetorial/422099-icone-de-pagina-da-web-de-vetor (Consultado a 12 de agosto de 2020).

Wikipédia (2004): *Otelo Saraiva de Carvalho*. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Otelo_Saraiva_de_Carvalho#25_de_novembro_de_1975 (Consultado a 9 de agosto de 2020)

Wikipédia (2004): *Processo Revolucionário em Curso*. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Processo_Revolucion%C3%A1rio_em_Curso#Maio_-_setembro_de_1975 (Consultado a 4 de agosto de 2020)

Wikipédia (2006): *Eleições para a Assembleia Constituinte Portuguesa de 1975*. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Elei%C3%A7%C3%B5es_para_a_Assembleia_Constituinte_Portuguesa_de_1975 (Consultado a 30 de julho de 2020)

Wikipédia: Assembleia Constituinte-Portugal. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Assembleia_Constituinte_(Portugal) (Consultado a 19 de agosto de 2020)

Wikipédia: Constituição Portuguesa de 1976. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Constituição_portuguesa_de_1976 (Consultado a 12 d agosto de 2020)

Wikipédia: Eleições autárquicas portuguesas de 1976. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Eleições_autárquicas_portuguesas_de_1976 (Consultado a 12 de agosto de 2020)

Wikipédia: Eleições legislativas portuguesas de 1976. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Eleições_legislativas_portuguesas_de_1976 (Consultado a 12 de agosto de 2020)